

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

- Processo de origem: 26640/2018-e

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (“FCC” ou “Recorrente”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 60.555.513/0001-90, com sede à Avenida Professor Francisco Morato, nº 1565, CEP 05513-900, na cidade de São Paulo/SP, por seus advogados e procuradores bastantes (procuração em anexo), vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., interpor

RECURSO DE REVISÃO

com fulcro no art. 65 da Lei n.º 9.784/1999, nos arts. 278, IV, e 288 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Resolução n.º 296/2016), e no art. 36 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal (LC/DF n.º 01/1994), pelas razões de fato e de direito.

Requer-se que todas as publicações sejam feitas em nome dos Advogados JULIANO COSTA COUTO, OAB/DF 13.802, LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA, OAB/SP 287.546 e da advogada SILVIA HELENA MARREY MENDONÇA, OAB/SP nº 174.450, e *e-mail* silvia@marreymendonca.com.br, sob pena de nulidade.

Termos em que,
Pede-se deferimento.
Brasília, 15 de setembro de 2022.

SILVIA HELENA MARREY MENDONÇA
OAB/SP nº 174.450

JULIANO COSTA COUTO
OAB/DF nº 13.802

LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA
OAB/SP nº 287.546

OSCAR KARNAL
OAB/DF 51.458

RAZÕES DE RECURSO DE REVISÃO

Processo de origem – nº 26640/2018-e

Pela Recorrente, Fundação Carlos Chagas

Egrégio Tribunal,

Nobres Julgadores!

1. De início, faz-se necessário demonstrar a tempestividade e o preenchimento das hipóteses de cabimento do presente recurso interposto pela Fundação Carlos Chagas (“FCC” ou “Fundação”), ora Recorrente. Após, serão rememorados os acontecimentos prévios que deram azo a este apelo, e, então, expostas as razões pelas quais deve ele ser admitido e julgado PROCEDENTE.

I. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL
--

I.I. TEMPESTIVIDADE

2. Tanto a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal, em seu artigo 36, quanto o seu Regimento Interno, em seus artigos 278 e 288, preveem a possibilidade de interposição de Recurso de Revisão dentro do prazo de cinco anos contados da publicação da decisão no Diário Oficial, conforme se lê abaixo:

“Art. 36. De decisão definitiva caberá recurso de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo, interposto por escrito, uma só vez, dentro do prazo de cinco anos,

contados na forma prevista no inciso III do art. 31 desta Lei Complementar, e fundar-se-á:

I– em erro de cálculo nas contas;

II– em falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida;

III– na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida.

Parágrafo único. A decisão que der provimento a recurso de revisão ensejará a correção de todo e qualquer erro ou engano apurado”.

“Art. 278. Cabem os seguintes recursos nos processos do Tribunal:

[...]

IV- recurso de revisão; [...].”

“Art. 288. O recurso de revisão, sem efeito suspensivo, poderá ser interposto uma só vez e por escrito, pelo responsável, pelo interessado, pelos seus sucessores ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de cinco anos, contados na forma prevista no art. 168 deste Regimento, e será fundado em:

I- erro de cálculo nas contas;

II- falsidade ou ineficácia de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão ou a decisão recorrida;

III- superveniência de documento novo com eficácia sobre a prova produzida”.

3. No caso em tela, a r. Decisão n.º 139/2021 (doc. 01), a qual apreciou os embargos de declaração opostos pela FCC e os rejeitou, foi publicada em 12.02.2021. Deste modo, **considerando que NÃO transcorreu prazo superior à 5 (cinco) anos, o recurso é tempestivo.**

4. Pois bem. O caso em análise é possível de ser enquadrado tanto na hipótese de insuficiência de documentos em que a decisão recorrida se fundou (artigo 36, inciso II, da Lei Complementar n.º 09/1994), quanto na hipótese de superveniência de documento novo com eficácia sobre a prova produzida (artigo 36, inciso II, da Lei Complementar n.º 09/1994).

5. De forma suplementar, igualmente aplicáveis as disposições dos artigos 56 e 65 da Lei n.º 9.784/1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da

Administração Pública Federal, bem como as Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal.

6. Explica-se.

I.II. DA INSUFICIÊNCIA DOS DOCUMENTOS EM QUE SE FUNDAMENTOU A DECISÃO RECORRIDA. ENQUADRAMENTO NA HIPÓTESE DO ART. 36, INC. II, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 09/1994

7. A Decisão n.º 3.187/2019 (doc. 02), proferida no bojo do Processo n.º 26.640/2018-e, oriundo da Representação n.º 9/2018-ML (doc. 03), a qual a considerou procedente para *“informar aos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal que a Fundação Carlos Chagas – FCC não cumpre o requisito de inquestionável reputação ético-profissional previsto no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, o que impossibilita a sua contratação mediante dispensa de licitação”*, **fundou-se tão somente em denúncia recebida pelo Parquet notificando que a FCC figurava como ré no Processo n.º 1092687-11.2017.8.26.0100¹ e que “a querela judicial indicaria possível conduta antiética da FCC”**.

8. Referido processo judicial, consistente em ação indenizatória por perdas e danos, que tramitava e no qual a Fundação Carlos Chagas figurava como parte Ré, ainda não tinha sido julgado em 1º grau de jurisdição, inexistindo, portanto, qualquer decisão, sentença ou acórdão, condenatório ou não, decidido contra a FCC, menos ainda transitado em julgado.

9. Não obstante, o mero fato de lá ser parte requerida foi o suficiente para o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (MPjTCDF) questionasse a reputação ético-profissional da Recorrente e contra ela oferecesse

¹ Autos n.º 1092687-77.2017.8.26.0100 que tramitaram eletronicamente perante a 2ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo.

Representação², a fim de declarar inviáveis as contratações pela Administração Pública mediante dispensa de licitação.

10. Ocorre que referida ação judicial, a qual fundamentou a denúncia e consequente representação, não existe mais, tendo sido ela extinta sem resolução do mérito por ilegitimidade de parte com relação aos corréus (dentre eles a Recorrente FCC) em 26.05.2020, transitada em julgado em 26.10.2020 e definitivamente arquivada em 05.11.2020 (doc. 04).

11. Ou seja, além de o processo – que fora o motivo precípua para a condenação da FCC – não mais subsistir, também houve sentença favorável à Recorrente, bem como houve o trânsito em julgado da decisão de extinção e o arquivamento definitivo (doc. 05), eximindo a FCC de qualquer tipo de responsabilidade e/ou consequência advinda da ação judicial.

12. Tal situação, que também pode ser configurada como FATO NOVO, revela com exatidão a hipótese de cabimento prevista pelo legislador no inciso II do artigo 36 da Lei Complementar n.º 09/1994, ou seja, configurada a insuficiência de documentos em que se fundou a decisão recorrida, posto que não se aguardou o deslinde da ação na qual se baseou a Representação n.º 9/2018-ML. Verifica-se, no caso em tela, que a Recorrente foi julgada no âmbito desse Tribunal de forma prematura, com base somente em ‘indícios processuais’ que, posteriormente, como agora se mostra, NÃO subsistiram e nem mais subsistem como motivos aptos a manter a punição indevidamente imposta à FCC.

13. Nesse sentido, oportuno indicar que no voto do Conselheiro Paulo Tadeu constou: “o simples fato de a entidade ser alvo de processo judicial não afasta a

² Neste ponto, oportuno citar trecho do 1º Voto do Conselheiro Manoel de Andrade nestes autos: “a reputação ético-profissional está relacionada com a estrita compatibilidade e pertinência entre o objeto a ser contratado e o objetivo social da instituição que se pretende contratar por dispensa de licitação. Nada tem a ver com os fatos apontados na exordial, os quais, aliás, sequer foram apurados e comprovados ainda” (negritos nossos).

possibilidade de ser contratada, por dispensa de licitação, pela Administração Pública”. Ora, se “ser demandada” não se configura causa passível de caracterização de conduta antiética capaz de macular a reputação, evidente a insuficiência de documentos que fundamentaram os autos originários aptos a demonstrar que a FCC “não cumpre o requisito de inquestionável reputação ético-profissional”.

14. A irregularidade/ilegalidade da penalidade imputada à Recorrente poderia/deveria ser evitada se observada a orientação proferida no voto supracitado, no qual constou: **“Assim, para firmar convicção acerca da reputação ético-profissional da FCC, a Corte deveria aguardar o desfecho do Processo nº 1092687-77.2017.8.26.0100, em curso da 2ª Vara Cível do Foro de São Paulo -SP”** (negritos nossos).

15. Esta conclusão também pode ser alcançada pelo fato de que o motivo determinante da r. decisão ora recorrida já não subsiste, o que por si só invalida o *decisum* (*data maxima venia*), de acordo com a Teoria dos Motivos Determinantes:

“De acordo com esta teoria, os motivos que determinaram a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, integram a validade do ato. Sendo assim, **a invocação dos ‘motivos de fato’ falso, inexistentes ou INCORRETAMENTE QUALIFICADOS vicia o ato** mesmo quando, conforme já se disse, a lei não haja estabelecido, antecipadamente, os motivos que ensejariam a prática do ato. Uma vez enunciados pelo agente os motivos em que se calçou, ainda quando a lei não haja expressamente imposto essa obrigação de enunciá-los, o ato será válido se estes realmente ocorreram e o justificavam”.³ (grifos nossos)

16. Conforme também consagrado na jurisprudência pátria:

ADMINISTRATIVO. ATO ADMINISTRATIVO. VINCULAÇÃO AOS MOTIVOS DETERMINANTES. INCONGRUÊNCIA. ANÁLISE PELO JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. DANO MORAL. SÚMULA 7/STJ.

1. Os atos discricionários da Administração Pública estão sujeitos ao controle pelo Judiciário quanto à legalidade formal e substancial, cabendo observar que

³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26ª ed. rev. e atual. até a Emenda Constitucional 57, de 18.12.2008. São Paulo: Malheiros, 2009. 1101 f. p. 398.

os motivos embasadores dos atos administrativos vinculam a Administração, conferindo-lhes legitimidade e validade.

2. **"Consoante a teoria dos motivos determinantes, o administrador vincula-se aos motivos elencados para a prática do ato administrativo. Nesse contexto, há vício de legalidade não apenas quando inexistentes ou inverídicos os motivos suscitados pela administração,** mas também quando verificada a falta de congruência entre as razões explicitadas no ato e o resultado nele contido" (MS 15.290/DF, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, julgado em 26.10.2011, DJe 14.11.2011).

3. (...)

5. "Assim como ao Judiciário compete fulminar todo o comportamento ilegítimo da Administração que apareça como frontal violação da ordem jurídica, compete-lhe, igualmente, fulminar qualquer comportamento administrativo que, a pretexto de exercer apreciação ou decisão discricionária, ultrapassar as fronteiras dela, isto é, desbordar dos limites de liberdade que lhe assistiam, violando, por tal modo, os ditames normativos que assinalam os confins da liberdade discricionária." (Celso Antônio Bandeira de Mello, in Curso de Direito Administrativo, Editora Malheiros, 15ª Edição.)

(...)

Agravo regimental improvido.⁴

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. REVISÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, COM BASE NO ART. 65, §5º, DA LEI N.º 8.666/1993. INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE LEI CRIANDO, MODIFICANDO OU REDUZINDO TRIBUTOS OU ENCARGOS. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA PARA JUSTIFICAR A REVISÃO DO AJUSTE.

1. Pela teoria dos motivos determinantes, para que a motivação do ato administrativo seja considerada válida e, por conseguinte, o próprio ato também o seja, os pressupostos fáticos e jurídicos indicados como motivos da decisão devem se verificar na realidade.

2. Segundo o art. 65, §5º, da Lei n.º 8.666/93, para a alteração do contrato com intuito de reequilibrar as prestações assumidas pelas partes é condição sine qua non a superveniência de circunstância de fato, qual seja, a criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais após a apresentação da proposta, que repercute no contrato celebrado.

3. (Omissis).

4. **Se a motivação apresentada para justificar o ato administrativo editada é inidônea, inexistindo correspondência entre os pressupostos fáticos e jurídicos indicados como motivadores do ato e a realidade dos fatos, é irremediavelmente nulo o aditivo contratual unilateral elaborado pela**

⁴ STJ, AgRg no REsp 1280729/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 10/04/2012, p. DJe 19/04/2012.

recorrida, por ofensa ao princípio da legalidade, em decorrência de vício insanável no elemento "motivação".

5. Apelo provido. Segurança concedida.⁵

17. Assim também pode se falar em nulidade da r. decisão, tendo em vista a vinculação do r. *decisum* aos seus motivos determinantes e a insubsistência destes, que ainda deve ser sopesada em consideração ao que aqui se está a tratar sobre o desacerto da fundamentação mesmo quando a situação de fato era concreta.

18. Deste modo, ante os apontamentos acima realizados e que demonstram a “insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida”, em estrito cumprimento ao requisito previsto no inciso II do artigo 36 da Lei Complementar n.º 01/1994, de rigor a necessidade de admissibilidade e conhecimento do presente recurso. **De fato, a ‘insuficiência’ aqui refere-se à incompletude temporal dos fatos processuais utilizados no julgado objeto da presente REVISÃO que, ‘existentes’ no mundo jurídico à época, como possível indício de conduta tida como irregular, NÃO MAIS SUBSISTEM no mundo jurídico, devendo os mesmos refletirem seus efeitos em todos os desdobramentos a que deram causa ou que tenham servido como fundamento, como é o caso da decisão revisanda.**

I.III. DA SUPERVENIÊNCIA DE DOCUMENTOS NOVOS COM EFICÁCIA SOBRE A PROVA PRODUZIDA. ENQUADRAMENTO NA HIPÓTESE DO ART. 36, INC. III, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 09/1994

19. Para rememorar, no 2º (segundo) voto do Relator - que originou a Decisão n.º 3187/2019 – no qual ocorreu uma alteração de posicionamento a fim de julgar procedente a Representação n.º 09/2018, consignou-se que: “adotando-se uma interpretação mais rigorosa quanto ao alcance da norma, o fato de uma instituição ter a sua reputação ético-

⁵ Processo: 20160110700293APC - (0025315-48.2016.8.07.0018 - Res. 65 CNJ) – Acórdão Número: 1037122 – Julgamento: 12/07/2017 – Órgão Julgador: 4ª TURMA CÍVEL – Relator: ARNOLDO CAMANHO – Publicado no DJE: 09/08/2017. Pág.: 422/439.

profissional exposta a questionamentos já seria suficiente para considerar que o dispositivo legal em tela não foi satisfatoriamente cumprido”.

20. Com todo respeito e acatamento devidos a esse E. Tribunal, ousa-se discordar. Imponderáveis são os motivos pelos quais terceiros poderiam ter interesse em expor a reputação ético-profissional da Recorrente a questionamentos, inclusive a própria concorrência poderia levar a denúncias de caráter vazio e infundado. **Sem contar ainda o indispensável sopesamento do princípio da presunção de inocência.**

21. O simples fato de haver uma denúncia e uma representação **não podem ser motivos para julgamento de procedência da referida representação, que deve estar apoiada em provas e fatos concretos, até mesmo pelo seu contundente caráter punitivo, capaz de gerar limitações jurídicas e nefastas consequências financeiras para a entidade.**

22. Neste passo, considerando que o Il. Relator manifestou entendimento de que a Fundação estaria “exposta a questionamentos” suficientes para colocar em dúvida a sua reputação, 3 (três) fatos e documentos novos podem ser indicados, de modo a não só viabilizar o conhecimento do presente recurso de revisão, mas também a afastar o juízo de valor da r. decisão recorrida, tornando seu provimento medida que se impõe.

23. O primeiro documento/fato novo que merece ser analisado, conforme já mencionado no item I.II, é a **sentença favorável à FCC, com trânsito em julgado e arquivamento definitivo, justamente no processo que fora o motivo precípua para a sua condenação – Autos nº 1092687-77.2017.8.26.0100, com trâmite eletrônico perante a 2ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo (docs. 04 e 05).**

24. O segundo documento/fato novo que merece ser analisado, e que evidencia a lisura da FCC como instituição idônea, trata-se do **ajuizamento de ação indenizatória pela Recorrente e que tramita perante a 16ª Vara Cível do Foro Central**

de São Paulo sob o nº 1136296-71.2021.8.26.0100, em face da ex-gestora (DMI Investimentos e Gestão de Recursos Ltda.) e da ex-administradora de seus fundos de investimento (Planner Corretora de Valores S.A.), pois constatado que **a Fundação estava sendo vítima de verdadeira fraude na gestão de administração dos fundos que integravam seu patrimônio** (conforme doc. 06 – petição inicial), **não sendo razoável que a mesma sofra punições administrativas por FATOS e ATOS dos quais foi VÍTIMA.**

25. Por fim, como terceiro documento/fato novo, necessária a indicação de que **na ação indenizatória movida pela Recorrente em face de seu ex-presidente, Sr. Fernando Calza de Salles Freire, já consta Laudo Pericial Contábil, no qual se apurou os prejuízos causados por ATOS dele em detrimento dos interesses da Fundação pela sua má-gestão e atuação em desacordo com o Estatuto Social e Resolução do Conselho Curador⁶** (doc. 07 – petição inicial e laudo pericial).

26. Ora, as questões apresentadas e devidamente comprovadas são aptas a configurar “fato novo” relevante a ensejar/justificar a revisão do antes decidido. Neste sentido, importante a definição de José dos Santos Carvalho Filho⁷:

"Fatos novos são aqueles não levados em consideração no processo original de que resultou sanção por terem ocorrido a posteriori. O sentido de “novo” no texto guarda relação com o tempo de sua ocorrência e, por conseguinte, com sua ausência para análise ao tempo em que se apurava a infração. O fato novo pode alterar profundamente a conclusão antes firmada, protagonizando convicção absolutória no lugar do convencimento sancionatório adotado na ocasião.

Surgindo fato dessa natureza, não seria mesmo justo que perdurasse a sanção, decorrendo daí que esta deve ser anulada ou modificada conforme a hipótese, mas não mantida da forma como foi imposta” (grifos e negritos nossos).

⁶ Processo nº 1118661-53.2016.8.26.0100 que tramita eletronicamente perante a 14ª Vara Cível do Foro Central da Capital de São Paulo.

⁷ Processo administrativo federal: comentários à Lei nº 9.784 de 29.1.1999. 5ª Edição. Editora Atlas.

27. Por amor ao debate, o Código de Processo Civil, em seu art. 966, inc. VI, estabelece que é possível a rescisão de sentenças judiciais quando a mesma “for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória;” a obtenção de ‘documento novo’ é uma das hipóteses de cabimento da ação rescisória. No entanto, restringe a expressão para o documento ao qual a parte ignorava sua existência ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

28. Cabível também, na presente hipótese a revisão também com base nos inc. VII, quando “obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;” ou ainda o inc. VIII, que é possível quando da demonstração de que a decisão rescindenda “for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.”

29. Segundo doutrina e jurisprudência pertinente ao tema, o documento novo seria aquele já existente à época da decisão rescindenda, excetuando-se os que não foram apresentados por desídia ou negligência da parte. Contudo, observa-se que **a expressão ‘documento novo’ constante do art. 288, inciso III, do Regimento Interno desse E. Tribunal de Contas, tem alcance mais elástico do que no CPC, até porque a jurisdição de contas pauta-se na busca da verdade real.**

30. De fato, o processo civil é bem mais rígido que o processo administrativo no âmbito dessa Corte. Lá impera o princípio da verdade formal, embora hoje em dia mitigado, onde o juiz limita-se a julgar com base nas provas carreadas aos autos pelas partes. Assim, a coisa julgada é resultado de intenso contencioso e a sua eventual modificação, via ação rescisória, constitui-se em inevitável prejuízo à parte que já possuía, em tese, um direito consolidado.

31. Por outro lado, o processo desta Corte de Contas **rege-se pelo formalismo moderado e a busca da verdade real**, inexistindo, ainda, uma lide propriamente dita. Assim, a análise de fatos novos apresentados por responsáveis em sede de recurso, independente de desídia ou negligência da parte, não traz qualquer prejuízo eventual a ‘uma outra parte’.

32. Não que tenha havido qualquer tipo de negligência ou desídia na defesa de seus interesses por parte da Fundação. No entanto, quanto a esse ponto, não se pode olvidar que **a tutela do interesse público deve harmonizar-se com o sobredito princípio da verdade real**, não sobrevindo, ademais, qualquer prejuízo ao erário em razão da apreciação do mérito recursal.

33. Deste modo, registre-se a existência, *in casu*, de “documentos/fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada”, haja vista:

(i) A extinção do processo judicial nº 1092687-77.2017.8.26.0100 no qual figurava, no polo passivo, a Fundação, e que foi o motivo central da Representação levada a cabo pelo MPJTCDF e da decisão sancionatória em face da Recorrente proferida por esse E. Tribunal de Contas;

(ii) A propositura de ação indenizatória pela FCC em face das ex-administradora (Planner Corretora de Valores S.A.) e gestora (DMI Investimentos e Gestão de Recursos Ltda.) de seus fundos de investimento, pois constatado que a Fundação estava sendo vítima de verdadeira fraude na gestão e administração dos fundos que integravam seu patrimônio; e

(iii) O fato de que na ação indenizatória movida pela Recorrente em face de seu ex-presidente, Sr. Fernando Calza de Salles Freire, já consta Laudo Pericial

Contábil no qual se apurou os prejuízos causados por ele pela prática de gestão temerária e em desacordo com o Estatuto Social e Resolução do Conselho Curador.

34. Ante o exposto, uma vez preenchido o pressuposto de admissibilidade previsto no inciso II do artigo 36 da Lei Complementar n.º 01/1994, necessário se faz o exame do mérito do presente recurso de revisão.

I.IV PRELIMINARMENTE - DA EXISTÊNCIA DE VÍCIO DE LEGALIDADE NA SANÇÃO APLICADA. DA APLICAÇÃO DA LEI N.º 9.784/1999

35. Ainda em sede de admissibilidade, necessário e fundamental registrar que a Lei n.º 9.784/1999, a qual serve de base e parâmetro para o processo administrativo em todo o País, podendo ser observada pelo E. TCDF, também assegura - em seus artigos 56 e 65 - ao administrado a possibilidade de recorrer de decisões, a qualquer tempo, **seja por questões de legalidade, seja por questões de mérito, seja por insubsistência das circunstâncias fáticas que a fundamentaram**:

“Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito”.

“Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada”.

36. Trata-se, portanto, de um direito garantido ao particular de devolver ao conhecimento do Poder Público possíveis vícios nos processos e nas decisões em que lhe tenham sido aplicadas penalidades, para que assim tais vícios possam ser sanados e corrigidos.

37. Neste sentido também é a jurisprudência:

“MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE REVISÃO. ADEQUAÇÃO DA SANÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE. CABIMENTO.

1. **"Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada."** (artigo 65 da Lei nº 9.784/99).

2. Cabível o pedido de revisão, não há falar em impossibilidade jurídica do pedido, tampouco em intempestividade, exsurto o direito líquido e certo do impetrante de ver apreciado seu requerimento como apresentado - pedido de revisão - e integralmente.

3. Ordem concedida. (STJ, MS 14.965/DF. 1ª Seção, rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJe de 01.02.2011) (grifos e negritos nossos).

38. Não obstante, o próprio **Supremo Tribunal Federal** possui entendimento sumulado no sentido de que o Poder Público, uma vez verificado possível vício de nulidade em seus atos, tem a prerrogativa de anulá-los:

Súmula 346: “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.

Súmula 473: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

39. Por fim, e talvez mais importante, a Constituição da República, em seu postulado constante no artigo 37, dispõe que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio da legalidade.

40. Isso posto, e considerando que a r. Decisão n.º 139/2021 padece de severo e inarredável vício, uma vez que extrapolou os limites da legalidade estrita ao aplicar verdadeira “pena perpétua de inidoneidade” em face da Recorrente, como também será esmiuçado adiante, está a Recorrente autorizada a buscar a revisão/anulação da sanção a ela injusta e indevidamente aplicada nos termos do art. 56 da Lei n.º 9.784/1999, supratranscrito.

41. Indiscutível, dessarte, por todos os ângulos, o cabimento deste recurso de revisão, seja pela insuficiência de documentos que lastrearam seu processamento, seja pela superveniência de documentos novos, seja pela presença de vício de legalidade. É o que se passa a demonstrar.

II. BREVE E NECESSÁRIO RELATO DOS FATOS ANTECEDENTES

42. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal ofereceu a Representação n.º 09/2018 em face da Fundação Carlos Chagas, noticiando possíveis irregularidades nas contratações realizadas pelo Poder Público, mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, XIII, da então vigente Lei n.º 8.666/93 – Lei de Licitações:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.”

43. Importante esclarecer que o MPjTCDF citou, apenas a título exemplificativo, a contratação pela Câmara Legislativa do DF, **sem estabelecer qualquer relação de causa e efeito entre o processo de contratação da Jurisdicionada naquela ocasião e os fatos e elementos que supostamente depõem contra a FCC em relação às condições estabelecidas no art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/1993.** A bem da verdade, em consulta realizada pelo *Parquet*, à época do oferecimento da Representação, aquela contratação era a única que se apresentava no SIGGO.

44. A alegação central na qual se fundamentou a representação era a de que a Fundação “não deteria o requisito de inquestionável reputação ético-

profissional”, exigido no disposto supracitado. Conforme já narrado, tal argumento estava lastreado tão somente na existência, à época, de um único processo judicial no qual a Recorrente figurava no polo passivo: o processo nº 1092687-77.2017.8.26.0100, que então tramitava perante a 2ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP.

45. Cumpre esclarecer que a referida ação de indenização por perdas e danos fora ajuizada por Paulo de Moraes Nunes em face das empresas Terra Limpa e Brasil Multisetorial, além de outras empresas e pessoas.

46. O fato de a FCC também ter sido qualificada pelo autor como ré naquele processo se justifica por um motivo singelo: ela é cotista única dos fundos de investimento cujas carteiras são integradas pelas empresas citadas. Ou seja, **a Fundação não possui qualquer relação imediata com as empresas Terra Limpa e Brasil Multisetorial, sendo delas apenas investidora indireta**, tanto que, em consonância com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, referidos fundos são geridos por uma administradora e uma gestora⁸.

47. Ainda, neste ponto, importante mencionar a indagação que **constou do 1º Voto do Relator**: “Nesse contexto, cabe a seguinte indagação: o fato de alguns dirigentes da FCC (já afastados e respondendo a processos judiciais) terem feito investimentos financeiros equivocados e de duvidoso retorno, afastaria a reputação ético-profissional da fundação? Entendo que não, considerando que, para os fins do art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/93, tal predicativo deve ser aferido sob os aspectos da pertinência do objeto e da capacitação da entidade, conforme anteriormente defendido”.

⁸ Nos termos do art. 1.368-C do Código Civil, os fundos de investimento se caracterizam por ser uma comunhão de recursos sob a forma de condomínio especial. Por serem despersonalizados, a CVM prevê que os fundos devem contar com a atuação de uma administradora (responsável pela representação institucional do fundo) e uma gestora (responsável pelas decisões financeiras e de investimento do patrimônio). A FCC, inclusive, diante de sérios indícios de má gestão por parte da administradora Planner Corretora de Valores S.A. e gestora DMI Investimentos e Gestão de Recursos Ltda., ajuizou contra elas ação indenizatória sob o nº 1136296-71.2021.8.26.0100 justamente para reaver as perdas colossais que teve ao longo de anos, como será exposto adiante. Nesse sentido, a Fundação não permaneceu inerte frente às fraudes das quais foi vítima, o que demonstra sua disposição em identificar e sanar qualquer potencial prejuízo a sua imagem, que é positiva, sendo fato público e notório as várias décadas em que vem atuando com excelência no setor de educação e pesquisa.

48. Prosseguindo, a Representação, por meio da Decisão n.º 4.848/18, na qual o Ministério Público impugnava a contratação realizada entre a Recorrente e a Câmara Legislativa do Distrito Federal mediante dispensa de licitação, foi conhecida pelo plenário desse E. Tribunal de Contas, que determinou seu processamento em autos específicos – resultando na instauração do Processo n.º 26640/2018-e.

49. **Bom timbrar, a este respeito, que o serviço contratado por meio do Contrato CLDF n.º 12/2018 (doc. 08), oriundo da Proposta Técnica n.º 01/2018 (doc. 09), que compreendia a organização e realização do Concurso Público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, foi efetivamente prestado com excelência, o que comprova o quanto arguido, ou seja, a Fundação Carlos Chagas - criada em 1964 e que conta, portanto, com mais de 58 anos de história - é uma instituição exemplar em todas as suas áreas de atuação, sempre entregando suas obrigações contratadas.**

50. Ademais, a Unidade Técnica do TCDF, por meio da Informação n.º 155/2018 **sugeriu a IMPROCEDÊNCIA da representação**, considerando que “esposando fundamento que a irregularidade na contratação da Fundação Carlos Chagas – FCC – pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF – **depende da confirmação da suposta conduta antiética daquela Fundação, que está sendo discutida no foro judicial competente, não cabendo a este Tribunal pronunciar-se a respeito da matéria**” (negritos nossos).

51. Outrossim, retornando ao histórico do processado, que culminou na r. Decisão n.º 3187/2019, a qual imputou à Recorrente verdadeira “pena perpétua de inidoneidade”, passa-se ao relato dos votos proferidos no julgamento do Processo n.º 26640/2018-e, em ordem cronológica até sua conclusão.

II.I. Voto inicial do Conselheiro-Relator, Manoel de Andrade

52. Em 06.06.2019, o Conselheiro-Relator Manoel de Andrade, no seu primeiro voto (doc. 10), houve por bem **OPINAR PELA IMPROCEDÊNCIA** da Representação, dando razão aos fatos trazidos pela FCC e afastando alegações de mácula à reputação e desvio da finalidade não-lucrativa da instituição, como se vê em suas precisas pontuações:

“Portanto, a reputação ético-profissional diz respeito à especialização e à experiência da entidade na execução dos serviços que se pretende contratar. Quanto a isso, **é fato público e notório que a FCC é instituição encarregada de promover processos seletivos e eventos ligados à avaliação de conhecimento e ao ensino.**

[...]

Desse modo, **forçoso reconhecer que a FCC goza, até o momento, de reputação ético-profissional para ser contratada por dispensa de licitação pelo Poder Público**, pelo menos no tocante a esse quesito” (grifos e negritos nossos).

53. Ademais, indicou-se que a competência para fiscalizar a Recorrente seria do MP-SP, considerando estar sediada no Estado de São Paulo. Segundo o Relator, o MP-SP, na sua incumbência de fiscalizar a Fundação, **não apontou, em momento algum, qualquer irregularidade nas contas e na destinação dos recursos da entidade, in verbis:**

“Logo, de acordo com os normativos acima reproduzidos, fica evidenciado o seguinte: **a Fundação Carlos Chagas presta contas anualmente ao Ministério Público de São Paulo; forçoso reconhecer, pois, que os demonstrativos contábeis utilizados pelo ora representante para apontar possíveis irregularidades foram examinados pela Promotoria especializada daquele Órgão; não se tem notícia nos autos de que as contas da FCC relativas aos exercícios de 2014 a 2017 tenham sido eventualmente reprovadas pelo MPSP; os demonstrativos contábeis da FCC (Anexo I e II) foram analisados por auditoria independente, que também não indicou qualquer tipo de problema nos investimentos daquela fundação.**” (grifos e negritos nossos).

54. O nobre Relator complementou o argumento com os seguintes apontamentos:

“No caso sob exame, o representante não demonstrou que a FCC tenha, eventualmente, distribuído excedentes operacionais a seus dirigentes, tampouco que deixara de aplicar esses excedentes na consecução do respectivo objeto social, situações que, caso fossem devidamente comprovadas, poderiam ensejar a desnaturalização da entidade como sem fins lucrativos. E, mesmo assim, tais constatações precisariam ser avaliadas pelo MPSP para a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Ainda sobre o tema, é importante frisar que o fato de a entidade **não ter fins lucrativos não significa dizer que ela deva ser deficitária ou “trabalhar no vermelho”**. Pelo contrário, não se pode perder de vista que a fundação é um patrimônio destinado a um objetivo específico, e, como tal, **o gestor deve buscar medidas para incrementar esse patrimônio e melhor cumprir o objeto social da entidade”** (grifos e negritos nossos).

55. Noutras palavras, consignou o 1º Voto do Relator que o fato de a Fundação Carlos Chagas ter um numerário considerável em caixa **não significa o desvirtuamento de suas finalidades**, nem implica automaticamente em condutas ilícitas que violem sua integridade moral, em desrespeito ao art. 24, XIII, da Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993).

56. Arrematou, por fim, o I. Relator da seguinte forma: “E como bem ressaltado pela Unidade Técnica, **mesmo que a FCC venha a sofrer eventual condenação na esfera judicial, será necessário avaliar até que ponto tal fato poderá macular a sua reputação ético-profissional**” (grifos e negritos nossos).

57. Não obstante, após o Voto do Relator pela improcedência da representação, foi adiado o julgamento da matéria em razão do pedido de vista formulado pelo Conselheiro Inácio Magalhães Filho, o qual proferiu Voto Divergente, nos termos indicados no tópico a seguir.

II.II. Voto do 1º Conselheiro-Revisor, Inácio Magalhães Filho

58. Em 10.07.2019, o 1º Revisor, após longa exposição, votou pela procedência da Representação contra a Fundação Carlos Chagas (doc. 11). Por um lado, apoiou a argumentação do Relator quanto à improcedência da tese de existência de elementos que descaracterizassem os fins não lucrativos da Recorrente, bem como ser de competência do MP-SP a avaliação da regularidade da instituição.

59. No entanto, concluiu que a Representação era procedente com base na tese de suposto abalo ao requisito da inquestionável reputação ético-profissional da Fundação. Isso porque entendeu bastantes para essa conclusão os processos judiciais em que a FCC figurava, tanto no polo passivo quanto no ativo, e colacionou alguns julgados, do TJ-DFT, do TJ-MG e do TJ-GO.

60. Nas palavras do I. Revisor:

“Diferentemente – e por isso a procedência da representação, o requisito da inquestionável reputação ético-profissional, constante da parte final do art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/1993, possui contornos majoritariamente subjetivos.

Seja pela própria definição do termo “reputação ético-profissional” em si, que não é estabelecida em lei e tampouco é absoluta na doutrina ou na jurisprudência, seja por conta da característica “inquestionável”.

Importante salientar que o que o dispositivo legal em epígrafe veda não é, somente, a contratação de instituição que não possua reputação ético-profissional com base em algum critério específico.

O rigor da norma alcança, na verdade, qualquer instituição que venha a ter sua reputação ético-profissional exposta a questionamentos, na exata dicção do texto legal.

Trata-se de reconhecer, na espécie, o dever de cautela imposto aos administradores públicos quando da efetivação de contratações, sobretudo ao

optar por procedimento que representa exceção à regra constitucional de licitar” (negritos nossos).

61. Para o 1º Revisor, não haveria necessidade de haver sentença transitada em julgado para o abalo da imagem da FCC, sendo suficiente a mera existência de inquéritos, denúncias ou processos em face de determinada instituição para que, automaticamente, o requisito de reputação inquestionável fosse elidido.

62. Ato seguinte, foi proferido novo voto pelo Conselheiro-Relator, o qual aderiu ao voto do Revisor para a procedência da Representação, consoante será explicado abaixo.

II.III. Segundo voto do Conselheiro-Relator, Manoel de Andrade

63. Após o voto do I. Conselheiro Inácio Magalhães, em 03.09.2019, o Relator alterou seu posicionamento inicial, aderindo ao entendimento de que a existência de processos, ainda que não transitados em julgado, maculariam a imagem pública da FCC, levando à conclusão de que a entidade não atende ao requisito da inquestionável reputação ético-profissional. Assim, aderiu ao voto do revisor e opinou pela procedência da Representação do Ministério Público, consignando em seu voto (doc. 12):

“Parece-me que eventuais indícios de irregularidades não seriam suficientes para afastar a reputação ético-profissional de uma entidade, havendo necessidade de que tais irregularidades fossem devidamente apuradas e comprovadas, quer seja no âmbito administrativo ou judicial.

Mas, consoante bem ponderado pelo nobre Revisor, o requisito da inquestionável reputação ético-profissional, constante da parte final do art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, possui contornos subjetivos. Além disso, o conceito de reputação ético-profissional não é estabelecido em lei e nem é pacífico na doutrina ou na jurisprudência.

Assim, adotando-se uma interpretação mais rigorosa quanto ao alcance da norma, o fato de uma instituição ter a sua reputação ético-profissional exposta

a questionamentos já seria suficiente para considerar que o dispositivo legal em tela não foi satisfatoriamente cumprido”.

64. Prosseguindo, após pedido de vistas foi proferido voto pelo 2º Conselheiro-Revisor, o qual apresentou **voto divergente e pela improcedência da representação**, nos moldes abaixo explicitados.

II.IV. Voto do 2º Conselheiro-Revisor, Paulo Tadeu

65. Em 12.09.2019, o 2º Conselheiro-Revisor, Paulo Tadeu, votou consignando que com base na obscuridade interpretativa sobre a *“inquestionável reputação ético-profissional”*, que, segundo seu entendimento, é questão tormentosa, deve a mesma ser encarada a partir de **comprovação cabal** (doc. 13):

“Em suma, a reputação ético-profissional, em vez de “inquestionável”, deve ser sólida a ponto de ser possível comprovar que a instituição a ser contratada possui credibilidade junto à sociedade e ao mercado e capacidade para executar o objeto do contrato administrativo.

In casu, conforme alegado pela CLDF, **a existência de processo em que a FCC figura como ré, por si só, não afeta a sua reputação ético-profissional**. Isso porque os supostos atos praticados por sociedade indiretamente controlada pela contratada (prática de atos fraudulentos com a utilização de títulos mobiliários) **não guardam estrita compatibilidade e pertinência com o objeto contratual** (organização de concursos públicos)” (grifos e negritos nossos).

66. O Revisor também citou o Enunciado 109 do TC-DF, que corrobora esse entendimento, a seguir:

“Na aplicação do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, atendidos os demais requisitos que a norma indica, deve ser comprovada, especificamente, a estrita compatibilidade e pertinência entre o objeto a ser contratado e o objetivo social da instituição que ensejou a reputação ético-profissional, além de demonstrar que essa dispõe de estrutura adequada

à suficiente prestação daquele, vedada a subcontratação” (grifos e negritos nossos).

67. Deste modo, entendeu ser prudente a Corte de Contas esperar o deslinde do processo movido por Paulo de Moraes Nunes em face da Fundação aqui Recorrente, o qual consistia no motivo pelo qual o MP-DF propôs a Representação originariamente.

68. Além disso, lembrou que **a contratação objeto de julgamento já havia sido respaldada pelo próprio TC-DF, inclusive com aquiescência do MP:**

“Ademais, corroborando a tese de que os fatos apontados na exordial, por ainda estarem sendo apurados na via adequada, não se aplicam ao caso, **imperioso asseverar que a legalidade da contratação da FCC pela jurisdição já foi examinada pela Corte. Com efeito, no Processo nº 17107/2017, a CLDF atendeu satisfatoriamente às determinações de ajustes no Projeto Básico da contratação, conforme reconhecido pela Decisão nº 3131/2018**” (grifos e negritos nossos).

69. Assim, para o Eminentíssimo 2º Conselheiro-Revisor, além de a simples existência de um processo judicial contra a FCC não ser suficiente para pôr em questionamento sua reputação, **o fato de a Fundação ter tomado medidas para afastar o ex-diretor denota que não ficou inerte diante das irregularidades por ele praticadas em sua gestão.**

70. Por fim, também ponderou, de maneira impecável, sobre a inviabilidade da sanção pretendida na Representação do MP-DF, em especial, considerando a capacidade do TC-DF de impô-la. Veja-se:

“Em arremate, **guardo reservas quanto à possibilidade de a Corte, sem expressa (taxativa) previsão legal ou regulamentar, declarar, de forma genérica e abstrata, a impossibilidade de órgãos e entidades distritais contratarem determinada entidade por meio de dispensa de licitação.**

Primeiro, porque, aparentemente, o comando contido nos Votos dos eminentes Relator e Revisor **assemelha-se a uma sanção de inidoneidade para ser contratada sem prévia licitação**, na medida em que informa aos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal que a referida entidade não cumpre o requisito de inquestionável reputação ético-profissional previsto no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

Segundo, porque retira dos jurisdicionados a discricionariedade necessária para examinar o preenchimento dos requisitos para a contratação direta, **repassando para a entidade o ônus de provar, em cada caso, que o fato de figurar como ré em um processo judicial, ainda sem trânsito em julgado, não se caracteriza como conduta antiética apta a macular sua reputação ético-profissional**.

Dessa forma, considerando que, por ora, **a reputação ético-profissional da contratada mostra-se comprovada pela sua credibilidade junto à sociedade e ao mercado, bem como pela capacidade para executar o objeto de contratos administrativos da espécie**, entendo, com as respeitadas vênias de praxe, que a Representação n.º 09/2018 – ML deve ser considerada improcedente” (grifos e negritos nossos).

71. Após o voto do revisor, o Conselheiro Relator ratificou o seu 2º Voto pela procedência da Representação em desfavor da Fundação Carlos Chagas, nos termos a seguir detalhados.

II.V. Voto final do Conselheiro-Relator, Manoel de Andrade

72. Com relação ao voto final (doc. 14) do I. Conselheiro Relator, registre-se que este asseverou a competência desse E. Tribunal de Contas, defendendo a possibilidade de análise do requisito da reputação ético-profissional em abstrato:

“Entendo que a competência do Tribunal para aferir o cumprimento dos requisitos fixados no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93 encontra guarida no art. 113 da mesma lei e no art. 41, I, “b”, da LC n.º 01/94. Ora, se a Corte pode, em uma contratação direta específica, verificar se uma determinada entidade atende tais requisitos, também pode fazê-lo de forma abstrata.

Dito de outra maneira, se o Tribunal constata, por exemplo, que a Entidade X não detém reputação ético-profissional para ser contratada por dispensa de licitação pelo Órgão Y, não se mostra razoável ter que aguardar-se outro caso concreto para só então reconhecer a impossibilidade da contratação.

Além disso, importante registrar que o objeto da representação apontava justamente que a FCC não deteria o requisito de inquestionável reputação ético-profissional para ser contratada diretamente pelo Poder Público, ou seja, buscava-se avaliar tal requisito em abstrato. Desse modo, ao tomar conhecimento da representação, forçoso reconhecer que o Plenário, por unanimidade, admitiu que a matéria tinha enquadramento nas competências do Tribunal, conforme Decisão 4848/18”.

73. Nota-se, *data venia*, o uso de interpretação extensiva dada à norma para autorizar o irregular e ilegal sancionamento “ad eternum” da Recorrente, em detrimento de suas garantias constitucionais e em desacordo com a legislação vigente, **o que atrai, ainda mais, a necessidade de sua revisão.**

II.VI. Da Decisão n.º 3187/2019
--

74. Após os votos, em 19.09.2019, foi proferida a Decisão n.º 3187/2019, ora objeto do presente recurso de revisão, em que, por maioria de votos, se reconheceu a procedência da Representação do MPJTCDF, **declarando o não cumprimento do requisito de inquestionável reputação ético-profissional da Fundação Carlos Chagas**, nos seguintes termos:

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, que aderiu ao voto do 1º Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício nº 51/2018 da CLDF (eDoc 89DA85DE-c), da manifestação da Fundação Carlos Chagas (e-Doc B3BBCCA6), da Informação nº 155/2018- DIACOMP2 e do Parecer nº 75/2019-G4P; **II – considerar procedente a Representação n.º 09/2018 – ML; III – informar aos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal que a Fundação Carlos Chagas – FCC não cumpre o requisito de inquestionável reputação ético-profissional previsto no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, o que impossibilita a sua contratação mediante dispensa de licitação;** IV – dar ciência desta decisão à Fundação Carlos Chagas

e ao representante; V – retornar o feito à Unidade Técnica, para os devidos fins. Vencido o 2º Revisor, Conselheiro PAULO TADEU, que manteve o seu voto” (grifos e negritos nossos).

75. Assim, ante todo o narrado e em face dos graves equívocos que se vislumbram na r. decisão recorrida, é o presente recurso de revisão para sanar os vícios a seguir aduzidos, a fim de se desfazer/anular a sanção/penalidade imposta no acórdão supratranscrito, considerando:

- (i) A insuficiência de documentos em que a decisão recorrida se fundou (artigo 36, inciso II, da Lei Complementar n.º 09/1994) e a insubsistência atual dos elementos que fundamentaram a r. decisão;
- (ii) A superveniência de documentos/fatos novos (artigo 36, inciso II, da Lei Complementar n.º 09/1994) e que impactam diretamente tudo quanto decidido;
- (iii) A existência de vício de legalidade ante aplicação de pena perpétua e em desacordo com a legislação vigente (artigos 56 e 65 da Lei n.º 9.784/1999 e Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal).

76. É o que se passa a demonstrar.

III. DO DIREITO

III.I. DA OFENSA À LEGALIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DA SANÇÃO APLICADA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, TIPICIDADE, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E RESERVA LEGAL

77. Apesar de se tratar supostamente de uma declaração, na prática se está diante de uma **clara penalidade** aplicada à Recorrente, que carece de previsão legal.

78. Consoante já explicitado, a r. Decisão recorrida considerou procedente a Representação n.º 09/2018 para “informar aos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal que a Fundação Carlos Chagas – FCC não cumpre o requisito de inquestionável reputação ético-profissional previsto no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, o que impossibilita a sua contratação mediante dispensa de licitação”.

79. No entanto, o art. 24 Lei n.º 8.666/1993 contempla requisitos para “dispensa de licitação” e não penalidades, as quais estão devidamente previstas nos artigos 86 ao 88, que integram o Capítulo IV, “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL” da referida lei.

80. Em outras palavras, o inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/1993 foi transformado numa pena, que não encontra previsão na Lei de Licitações, a de declaração de inexistência de inquestionável reputação ético-profissional, e pior, por prazo indeterminado.

81. Nesse sentido, verifica-se que a “penalidade” ou “sanção” aplicada em formato de declaração, em muito se assemelha à pena de inidoneidade, **em que pese a total ausência de previsão legal e o caráter mais benevolente da Lei 8.666/1993 para a aplicação das penas previstas no art. 87, III e IV, para situações de inquestionável gravidade que não se assemelham a dos presentes autos.**

82. Veja-se que o próprio Ministério Público em seu parecer indica que reputação ético-profissional em termos licitatórios equivale à idoneidade assemelhada. Ocorre que, no caso em tela, **referida “penalidade”, que sequer pode ser assim denominada ante ausência de previsão legal, não contemplou lapso temporal, consistindo em verdadeira pena perpétua, a qual não é aceita pelo nosso ordenamento jurídico.**

83. Ora, fixar penalidade/sanção sem prazo de duração fere os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, considerando que o próprio art. 87

da Lei de Licitações, em seu inciso IV, indica com relação às sanções administrativas que elas persistem enquanto perdurarem os motivos determinantes. Veja-se:

“IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior” (grifos nossos).

84. A este respeito, tem-se que as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8666/93 constituem rol taxativo, **sendo vedado inovar com novas punições, além daquelas previstas no art. 87 da Lei de Licitações**, como bem observou Jesse Torres Pereira Junior⁹: "Poderia o contrato ampliar ou diversificar tal elenco: Não, porque **o poder de punir há de ter fundamento legal; só a lei pode estabelecer as sanções que a Administração estará autorizada a aplicar**" (negritos nossos).

85. Desta forma, a ausência de previsão da “sanção” imposta à Recorrente fere o princípio da legalidade estrita, ao qual se filia o direito público e as contratações realizadas pela Administração.

86. Ainda, necessário rememorar que **em momento algum se questionou nos autos da representação de origem a respeito do serviço contratado por meio do Contrato CLDF n.º 12/2018** (doc. 08), oriundo da Proposta Técnica n.º 01/2018 (doc. 09), que compreendia a organização e realização do Concurso Público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o qual foi efetivamente prestado. Ou seja, sem fundamento técnico para questionar o contrato administrativo sob exame, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal ofereceu a Representação n.º 09/2018 em face da Fundação Carlos Chagas apenas noticiando possíveis irregularidades nas contratações realizadas pelo Poder Público mediante

⁹ Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, p. 796.

dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, XIII, da então vigente Lei n.º 8.666/93 – Lei de Licitações.

87. Veja-se que o MPJTCDF citou, apenas a título exemplificativo, a contratação pela Câmara Legislativa do DF, **sem estabelecer qualquer relação de causa e efeito entre o processo de contratação da Recorrente naquela ocasião e os fatos e elementos que ora depõem contra a FCC em relação às condições estabelecidas no art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/1993.**

88. O afirmado tanto é verdadeiro que **na Decisão nº 3187/2019 nada constou com relação à contratação e devida prestação dos serviços pela Recorrente. Trata-se, portanto, de verdadeira pena/sanção SEM EXISTÊNCIA MÍNIMA DE NEXO CAUSAL.**

89. Neste ponto, pede-se vênia para esclarecer o que dispõem as normas que regem o funcionamento do E. Tribunal de Contas do Distrito Federal, a começar pela Lei Orgânica do TC-DF, a respeito da sua competência para fiscalizar:

“Seção IV Fiscalização de Atos e Contratos

Art. 41. Para assegurar a eficácia do controle e para instruir o julgamento das contas, o Tribunal efetuará a **fiscalização** dos atos de que resulte receita ou despesa, praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, competindo-lhe, para tanto, em especial:

[...]

I – **acompanhar**, pela publicação no Diário Oficial, ou por outro meio estabelecido no Regimento Interno:

[...]

b) os editais de licitação, os contratos, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, bem como os atos referidos no art. 39 desta Lei Complementar” (*destaques nossos*)

90. Veja-se, agora, o que dispõe o Regimento Interno do TC-DF acerca dessa matéria:

**“Seção V
Do Objeto da Fiscalização**

**Subseção I
Da Fiscalização de Atos e Contratos**

Art. 247. Para assegurar a eficácia do controle externo e instruir o julgamento das contas, o Tribunal efetuará a **fiscalização** dos atos de que resulte receita ou despesa, praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, competindo-lhe, para tanto, em especial:

I - **realizar fiscalizações**, na forma estabelecida nos arts. 231 a 236 deste Regimento;

II - **fiscalizar**, na forma estabelecida no art. 252 deste Regimento, a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Distrito Federal a qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

Art. 248. Ao apreciar processo relativo à fiscalização de atos e contratos, o relator ou o Tribunal:

I - **determinará o arquivamento** do processo, ou o seu apensamento às contas correspondentes, se útil à apreciação destas, quando não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

II - **determinará a adoção de providências corretivas** por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não ensejem a aplicação de multa aos responsáveis ou que não configurem indícios de débito e o arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento das determinações;

III - **recomendará a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho**, encaminhando os autos à unidade técnica competente, para fins de monitoramento do cumprimento das determinações;

IV - **determinará a audiência do responsável** para, no prazo de trinta dias, apresentar razões de justificativa, quando verificada a ocorrência de irregularidades decorrentes de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, bem como infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária ou patrimonial;

V - **determinará a oitiva da entidade fiscalizada e do terceiro interessado** para, no prazo de trinta dias, manifestarem-se sobre fatos que possam resultar

em decisão do Tribunal no sentido de desconstituir ato ou processo administrativo ou alterar contrato em seu desfavor.
[...]

Art. 249. **Verificada a ilegalidade de ato ou contrato em execução, o Tribunal assinará prazo de até trinta dias para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, com indicação expressa dos dispositivos a serem observados, sem prejuízo do disposto no inciso IV e nos §§ 1º e 2º do artigo anterior.**

§ 1º No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido:

I - sustará a execução do ato impugnado;

II - comunicará a decisão à Câmara Legislativa;

III - aplicará ao responsável, no próprio processo de fiscalização, a multa prevista no inciso VII do art. 272 deste Regimento” (grifos e negritos nossos).

91. Da leitura das normas acima, denota-se de forma absolutamente nítida que, dentre as atribuições do E. TC-DF, **não se encontra a possibilidade de imposição de pena in abstracto ou qualquer outra sanção que se assemelhe à declaração de impossibilidade de contratação**, como foi o caso da Fundação Carlos Chagas.

92. O que lhe compete, dentro do que prevê sua própria legislação orgânica, é a **fiscalização de atos e contratos** e, eventualmente, a sua sustação, ou imposição de multa, podendo-se chegar até à declaração de inidoneidade. Não há, no entanto, em disposição alguma, a pena de decretação de vedação à realização de contratos mediante dispensa de licitação. Isso pode ser verificado no próprio Regimento Interno (arts. 266 e seguintes) e na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal (arts. 55 e seguintes), assim como na Lei 8.666/1993.

93. Desse modo, as sanções passíveis de serem aplicadas pelo Tribunal de Contas são, em síntese, a de **multa** (consistindo em prestação pecuniária diante de ato ilícito do responsável), a de **inabilitação** (consistindo em proibição do exercício de cargo em comissão ou função de confiança pelo prazo de cinco a oito anos), **medidas cautelares**

(consistindo em afastamento temporário do responsável), **advertência, suspensão temporária de participação em licitação por até 2 anos e declaração de inidoneidade.**

94. Novamente, é imprescindível repisar que **não existe previsão para aplicação de penas diferentes daquelas acima transcritas**, o que leva à inafastável conclusão de que houve alargamento quanto à interpretação das atribuições do Tribunal.

95. Noutras palavras, **NÃO INCUMBE AO TC-DF DECLARAR A AUSÊNCIA DE INQUESTIONÁVEL REPUTAÇÃO ÉTICO-PROFISSIONAL. O que lhe seria possível, no caso em tela, e caso tivesse sido encontrada alguma irregularidade in concreto – e não o foi – seria sustar o contrato firmado entre a FCC e a CLDF, mas nunca impor uma sanção universal, abstrata e não atrelada a ato administrativo algum.**

96. **Ora, se até a condenação por improbidade administrativa exige individualização das condutas, nexos causal e dosimetria, que se dirá no presente caso!** É de fundamental importância compreender que a imputação de sanções administrativas se estrutura de forma similar às imputações penais, notadamente pelo caráter punitivista que cercam os dois campos de atuação estatal.

97. O centro da distinção entre as duas esferas punitivas, portanto, se localiza no preceito das competências e ou procedimentos voltados à tutela de valores específicos; o que denota, por outro lado, similaridade de efeitos no que tange às restrições de direitos que podem recair sobre os acusados em sede penal ou administrativa.

98. Assim como no Direito Penal, os tipos administrativos sancionatórios, por regra, estão submetidos analogicamente ao artigo 18, parágrafo único, do Código Penal, no sentido de que **somente são puníveis as condutas dolosas**, salvo se a Lei fizer previsão no sentido de punir a modalidade culposa do fato reputado ilícito. Tal afirmação decorre do próprio princípio da legalidade.

99. Com efeito, o princípio da legalidade muitas vezes comporta nuances com relação à discricionariedade da Administração. No entanto, na esfera disciplinar e sancionadora, tem-se por muito claro que toda e qualquer punição a ser aplicada ao particular deve decorrer de previsão específica em lei, conforme ensina Marçal Justen Filho¹⁰ a respeito do referido princípio:

“É possível diferenciar dois modos de manifestação do princípio da legalidade. Existe a legalidade "simples", que implica a necessidade de lei para impor direitos e obrigações, mas que não exclui o cabimento de a lei criar competências discricionárias para reconhecimento da solução mais satisfatória e adequada, tomando em vista as circunstâncias do caso concreto. **A par disso, reconhece-se a estrita legalidade. Tal se passa quando a Constituição determina a regulação normativa exaustiva por via de lei e proíbe a instituição normativa da discricionariedade.** Portanto, a determinação constitucional da estrita legalidade significa a supressão da competência normativa externa ao Poder Legislativo para disciplina de certo tema” (grifos e negritos nossos).

100. José dos Santos do Carvalho Filho¹¹, por sua vez, expõe como os atos da Administração só são justificados pelo respaldo da lei prévia.

101. Ainda, sobre a legalidade estrita, confira-se os ensinamentos de Edmir Netto de Araújo¹²:

“Na verdade, o princípio da legalidade estrita significa que a Administração **não pode inovar na ordem jurídica** por simples atos administrativos, **não pode conceder direitos, criar obrigações, impor vedações, compeli comportamentos**; para tudo isso, e em outras hipóteses, **é necessário o respaldo da lei** em certos casos a atividade administrativa pareça realizar-se

¹⁰ JUSTEN, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 4ª ed. em ebook baseada na 12ª impressa. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2016, capítulo 4.

¹¹ “Não custa lembrar, por último, que, na teoria do Estado moderno, há duas funções estatais básicas: a de criar a lei (legislação) e a de executar a lei (administração e jurisdição). **Esta última pressupõe o exercício da primeira**, de modo que só se pode conceber a atividade administrativa diante dos parâmetros já instituídos pela atividade legisferante. Por isso é que administrar é função subjacente à de legislar. **O princípio da legalidade denota exatamente essa relação: só é legítima a atividade do administrador público se estiver condizente com o disposto na lei**”. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 36. ed. Barueri: Atlas, 2022, p. 61) (grifos e negritos nossos).

¹² ARAÚJO, Edmir Netto de. *Curso de Direito Administrativo*. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 79.

sem essa particularidade, **só será legítima se houver lastro em determinação ou autorização legal.**

Por isso mesmo não se pode dizer que o princípio da legalidade estrita se refira somente ao agente público, pois se dirige, na verdade, à Administração em si, à atividade administrativa como um todo, **pois a lei (conformidade com a lei, conformidade com o Direito) é o fundamento da Administração em si mesma e de sua ação**” (grifos e negritos nossos).

102. Isto é, qualquer ato do Poder Público, incluído decisões que versem sobre imposição de vedações ou de comportamentos, deve ser revestido de lastro normativo para que esteja em consonância com a lei.

103. Isto posto, na aplicação de sanções administrativas, assim como no Direito Penal, o que prevalece é o princípio da tipicidade, segundo o qual só é possível haver infração se houver lei anterior que a defina em suas dimensões objetivas e subjetivas.

104. De forma ainda mais específica, conforme leciona o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello¹³, tem-se sobre o enaltecido princípio o seguinte conceito:

“c) Princípio da tipicidade – A configuração das infrações administrativas, para ser válida, há de ser feita de maneira suficientemente clara, para não deixar dúvida alguma sobre a identidade do comportamento reprovável, a fim de que, de um lado, o administrado possa estar perfeitamente ciente da conduta que terá de evitar ou que terá de praticar para livrar-se da incursão em penalizações e, de outro, para que dita incursão, quando ocorrente, seja objetivamente reconhecível” (negritos nossos).

105. Assim, por regra, a conduta jurídica, para ser punida, via de regra deverá ser dolosa, admitindo-se a modalidade culposa mediante expressa previsão legal e não o contrário. Ainda porque, com a devida vênia, **parece ser teratológico imaginar que o**

¹³ Curso de Direito Administrativo, 17ª ed., Malheiros, p. 746/747.

agente possa ser responsabilizado por negligência (forma de culpa) e não por dolo, por exemplo, o que aqui está a se admitir por amor ao debate.

106. Dispensada, como o foi no caso em tela, a análise da reprovabilidade da conduta da Fundação Carlos Chagas em sua dimensão comportamental, a subsunção do fato reputado ilícito diante da norma sancionadora restará marcado pela imperfectibilidade, o que não se admite.

107. É caso, aliás, de incidência específica de um atributo que deriva do princípio da legalidade: **a reserva legal**. Como ensina Irene Patrícia Nohara ¹⁴:

“A reserva legal no Direito Penal deriva da garantia de que não haverá crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal (*nullum crimen, nulla poena sine lege*). Trata-se de proteção da liberdade humana **contra o arbítrio do poder punitivo estatal** e exige, mesmo diante de tipos abertos ou de normas penais em branco, que os elementos essenciais da conduta incriminada estejam minimamente determinados no tipo penal” (grifos e negritos nossos).

108. A esse respeito, José dos Santos do Carvalho Filho¹⁵ reitera a aplicação analógica de regras penais ao processo administrativo:

“Não se deve esquecer que as sanções devem ser aplicadas em observância ao devido processo legal (*due process of law*), para que se observe o princípio da garantia de defesa aos acusados, inscrito no art. 5º, LIV e LV, da CF. Se o ato sancionatório de polícia não tiver propiciado ao infrator a oportunidade de rechaçar a acusação e de produzir as provas necessárias às suas alegações, estará contaminado de vício de legalidade, devendo ser corrigido na via administrativa ou judicial. **Como se trata de processo acusatório, deve reconhecer-se a incidência, por analogia, de alguns axiomas consagrados no âmbito do Direito Penal e Processual Penal**” (grifos e negritos nossos).

¹⁴ NOHARA, Irene Patrícia. *Direito Administrativo*. 11. ed. Barueri: Atlas, 2022, p. 91.

¹⁵ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 36. ed. Barueri: Atlas, 2022, p. 125.

109. Naturalmente, o princípio penal de inexistência de sanção estatal sem previsão legal anterior é inestimável no processo administrativo – mas, infelizmente, o que ocorreu no caso em reexame foi o exato oposto.

110. E, também, não há que se falar que a decisão aqui impugnada não possui natureza sancionatória.

111. Isso porque, ao decidir informar, aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Distrito Federal, que a FCC não cumpre o requisito de idoneidade ético-profissional (nos termos do art. 24, XIII, da Lei de Licitações), o Tribunal de Contas do DF, de facto, impôs a pena de vedação à contratação mediante dispensa de licitação.

112. A própria decisão, inclusive, determina isso expressamente, em seu item “III”: “[...] III – *informar aos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal que a Fundação Carlos Chagas – FCC não cumpre o requisito de inquestionável reputação ético-profissional previsto no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, **o que impossibilita a sua contratação mediante dispensa de licitação*** [...]” (destaque nosso).

113. Ora, trata-se de simples conclusão lógica: **(i)** para contratar sem necessidade de licitação, deve a instituição cumprir os requisitos constantes do mencionado dispositivo legal, dentre eles, a inquestionável reputação ética e profissional; **(ii)** a Decisão nº 3187/2019 determinou a comunicação às entidades do Poder Público do Distrito Federal que a Fundação Carlos Chagas não cumpria o referido requisito; e para que não houvesse dúvida, a decisão vergastada entregou logo a conclusão; **(iii)** a FCC fica impossibilitada de contratar mediante dispensa de licitação, posto que, a teor da citada decisão, não cumpre os requisitos legais para tanto.

114. Portanto, a decisão ora recorrida, sim, impôs penalidade em face da Recorrente, conforme descrito em sua própria ementa.

115. Ou seja, concatenando os fatos relatados, tem-se que em intolerável inovação legislativa, a decisão recorrida impôs, à Fundação, sanção de vedação à contratação mediante dispensa de licitação, o que constitui um extrapolamento de suas atribuições e dos limites legais, pois inexistente expressa previsão em lei que disponha sobre a possibilidade de imposição de pena abstrata por parte do Tribunal de Contas.

116. E não apenas isso, repita-se: da análise da decisão recorrida, **nota-se que não se faz qualquer menção ao prazo pelo qual a sanção deve ser aplicada**. Sem essa definição, o que ocorre na prática é a manutenção **perpétua da pena – o que é absolutamente vedado pela Constituição** (art. 5º, inciso XLVII, alínea “b”).

117. *In fine*, uma vez constatado o vício de legalidade pela imposição de sanção não prevista em lei e sem qualquer estipulação de prazo, configurando penalidade de caráter perpétuo, a reforma/anulação da r. decisão recorrida é medida que se impõe, em atendimento aos mais básicos e fundamentais princípios de Direito.

118. Outrossim, para que seja viável a sanção/penalidade aplicada por prazo indeterminado à Fundação Carlos Chagas, se revela no mínimo essencial a demonstração de sua culpabilidade, o que não ocorreu.

119. E mais: ao contrário do que consta no voto condutor, é total e absolutamente descabido alegar que a entidade descumpra o requisito da idoneidade pelo simples fato de figurar no **polo passivo ou ativo** de uma ou mais ações. **É inconcebível imaginar que a Fundação não devesse reagir diante das violações por parte de terceiros e/ou dirigentes**. Trata-se de verdadeira negação ao direito ao acesso à justiça!

120. Em outras palavras, é impensável e beira o absurdo alegar que a reputação de qualquer pessoa física ou jurídica esteja maculada a partir do momento em que

respondeu a 1 ação judicial julgada extinta por ilegitimidade passiva e na mesma medida em que propõe ações judiciais, pois isso significaria considerar que deveria o prejudicado ficar inerte diante de atos ilícitos praticados por outrem. Desnecessário dizer, também, que o acesso à prestação jurisdicional é um direito sagrado garantido no art. 5º da Constituição Federal.

121. Ora, a inquestionável reputação ético-profissional não é presumida, mas sim demonstrada, e todos os indícios trazidos aos autos apontam pela PRESENÇA de tal requisito. Ressalte-se que no contrato administrativo analisado em concreto – contratação da Assembleia Legislativa do DF – tampouco se evidenciou qualquer elemento apto a abalar a referida reputação.

122. Assim, uma vez que não mais subsiste suporte fático e jurídico para controverter a inquestionável reputação ético-profissional da Fundação Carlos Chagas, bem como pela ausência de previsão legal da sanção aplicada, forçoso o reconhecimento de requisito para sua anulação, o que nesta oportunidade se requer, aplicando-se ao caso a **já mencionada** Súmula 473 do STF.

123. Isto posto, requer-se o provimento do presente recurso com a consequente revisão/anulação da declaração/penalidade aplicada pela r. Decisão n.º 3187/2019 em face da Recorrente Fundação Carlos Chagas.

III.II. DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO/SUBSTRATO FÁTICO À MANUTENÇÃO DA SANÇÃO/PENALIDADE. FATO NOVO. EXTINÇÃO DA AÇÃO MOVIDA EM FACE DA FUNDAÇÃO POR ILEGITIMIDADE PASSIVA

124. Como já mencionado anteriormente, toda a arguição trazida pela Representação do Ministério Público para pôr em questionamento a idoneidade e reputação da Recorrente cingia-se em torno da existência de um único processo judicial (processo nº 1092687-77.2017.8.26.0100) movido, dentre outras pessoas, contra a Recorrente.

125. Em 26.05.2020, a **ação foi julgada extinta em face da Fundação ante a sua ilegitimidade passiva**, nos termos da sentença anexa (doc. 04), com certidão de trânsito em julgado datada do dia 26.10.2020 (doc. 05). O arquivamento definitivo se deu em 05.11.2020, como se reproduz abaixo:

1092687-77.2017.8.26.0100 Extinto	
Classe Procedimento Comum Cível	Assunto Perdas e Danos
	Foro Foro Central Cível
	Vara 2ª Vara Cível
	Juiz Renato Acacio de Azevedo Borsanelli
05/11/2020	Arquivado Definitivamente
04/11/2020	Início da Execução Juntado 0048795-33.2020.8.26.0100 - Cumprimento de sentença
04/11/2020	Início da Execução Juntado 0048729-53.2020.8.26.0100 - Cumprimento de sentença
26/10/2020	<input type="checkbox"/> Trânsito em Julgado às partes trânsito em julgado
19/10/2020	Certidão de Publicação Expedida Relação :0661/2020 Data da Disponibilização: 19/10/2020 Data da Publicação: 20/10/2020 Número do Diário: 3150 Página: 27/34

126. Ora, considerando que a argumentação a respeito do fato de que a Fundação era Ré em processo judicial foi o fundamento fático e jurídico para lançar dúvidas sobre sua “inquestionável reputação ético-profissional” e, por consequência, atrair a aplicação da sanção em face da FCC, **se o referido processo não mais existe, também não pode mais existir a declaração de que a FCC não cumpre o requisito de “inquestionável reputação ético-profissional”, pois esta afirmação dependia intrinsecamente da existência da referida ação.**

127. Apesar de isso ser o bastante para a revogação/anulação da penalidade, a qual, em seu substrato, consoante já indicado, se trata de inidoneidade assemelhada em ofensa à legalidade estrita, cumpre registrar que a própria premissa da Representação e da decisão recorrida está, desde seu princípio, equivocada.

128. Isso porque **o simples fato de figurar uma instituição no polo passivo de um processo não macula automaticamente a sua reputação**, pois do

contrário se trataria de presunção de culpabilidade, a qual não é admitida em nosso ordenamento jurídico.

129. Além disso, a ação em tela teve um deslinde favorável à Fundação declarada como parte ilegítima. **Nesse sentido, é inclusive possível conjecturar uma situação em que alguma concorrente pudesse propor qualquer ação judicial, sem qualquer fundamento, apenas para colocar a instituição como parte ré em um processo e assim causar prejuízos à sua imagem, tornando questionável sua reputação.**

130. Trata-se, portanto, de uma consequência gravíssima presumir a “inidoneidade” de alguém tão somente por ser requerido em procedimento, inquérito, denúncia ou processo.

131. Por óbvio, esse cenário vai na contramão da garantia constitucional de presunção de inocência. Presumir a mácula de reputação da instituição como foi feito no julgamento de origem, *data venia*, é verdadeira deturpação dessa garantia do art. 5º da Constituição Federal, pois, se nem uma decisão condenatória é o suficiente para se considerar alguém culpado, sendo necessário o trânsito em julgado, declarar penalidade semelhante à “inidoneidade” a partir da simples inclusão no polo passivo de um processo viola todas as normas republicanas do Estado de Direito.

132. Ainda no tocante à semelhança da presente situação a outras figuras – mais graves – do direito administrativo, inevitável a comparação à improbidade, pela qual a prova certa da prática do ato ímprobo é necessária para ensejar condenação em ação civil pública. Havendo apenas indícios, mas sem a comprovação da prática do ato de improbidade administrativa, o pedido de condenação deve ser julgado improcedente. No mesmo sentido, presumir a ausência de inquestionável reputação ético-profissional da instituição pelo fato de que a mesma figura/figurou como autora e ré em demandas judiciais está em desacordo com o princípio da presunção de inocência.

133. No caso em tela, a Fundação Carlos Chagas é detentora de inegável reputação ético-profissional e de capacidade técnica para cumprir o avençado e inclusive já o cumpriu de forma efetiva, tanto que inexistiu alusão alguma à não-prestação do serviço ou à sua prestação de modo deficiente.

134. Impende salientar que em nenhum momento o Recorrido fez qualquer alegação acerca de não prestação dos serviços, ou ainda, de prestação insatisfatória, bem como reconheceu a faculdade que tem o ente público de dispensar a licitação nos contratos realizados com empresa idônea e sem fins lucrativos.

135. Conforme jurisprudência dominante do E. TCU, consubstanciada no Enunciado nº 250 de sua Súmula, a inquestionável reputação ético-profissional permissiva da contratação por dispensa de licitação pelo artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8666/93, deve ser comprovada **na área objeto do contrato**, o que faz todo sentido, pois não haveria lógica em se contratar uma empresa, sem licitação, se a mesma fosse totalmente inexperiente na área foco da contratação, não obstante ser detentora de notória reputação em outras áreas, havendo no mercado outras empresas efetiva e notoriamente especializadas no assunto.

136. Por fim, para se legitimar a contratação direta com espeque no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93, é preciso a **demonstração da qualificação da candidata à condição de contratada, ou seja, é necessário verificar se ela tem capacidade técnica para realizar o objeto da contratação, cuja complexidade pode ser medida, in casu, pelo valor do ajuste, pelo tipo da prestação contratual e pelo universo de sujeitos alcançados** (especialmente considerados os que se submeterão ao serviço).

137. No caso dos autos, a **capacitação-técnica da Recorrente** restou sobejamente demonstrada, e não há adinício de prova sequer de que não estariam sendo observados os princípios éticos e morais em qualquer de suas contratações.

138. Sob este aspecto, mais uma razão pela qual não merece prevalecer a sanção/penalidade aplicada, considerando-se, em especial: (i) que a causa originária da Representação não mais existe; e (ii) que o desfecho da causa originária foi favorável à Fundação Recorrente.

139. Desse modo, o real argumento em que se funda a Representação originária é no enquadramento indevido do inciso XIII do art. 24 da Lei de Licitações, devendo ser aplicado o entendimento abaixo transcrito:

“Ementa: APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE PROCESSO LICITATÓRIO. CASO, PORÉM, DE DISPENSA. CONVÊNIO, PARA INTERCÂMBIO SÓCIOEDUCACIONAL E CULTURAL, FIRMADO COM ENTE SEM FIM LUCRATIVO ATUANTE NA ÁREA DA PESQUISA, ENSINO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (ART. 24, INC. XIII, DA LEI N. 8.666/93). ALEGADO DANO AO ERÁRIO. SERVIÇO EFETIVAMENTE PRESTADO. DANO INEXISTENTE. EXTINÇÃO DO FEITO, NOS SEUS ALBORES (ART. 269, INC. I, DO CPC), ANTES MESMO DA CITAÇÃO DOS RÉUS. POSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. I. Cuidando-se de instituição sem fins lucrativos, com atuação na área de pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional, vinculada à Univali (Universidade catarinense com o maior universo discente), detentora de inegável reputação ético-profissional e de capacidade técnica para cumprir o conveniado e que, efetivamente, cumpriu-o, tanto que inexiste alusão alguma à não-prestação do serviço ou à sua prestação de modo deficiente, não há falar, à luz do art. 24, inc. XIII, da Lei n. 8.666/93, em imprescindibilidade de processo licitatório, porque dispensável, tampouco em lesão, ilegalidade ou imoralidade no convênio exordialmente questionado. II. Porque fadada, desde o seu umbral, ao insucesso, a ação foi, de modo escorreito, coarctada pela Juíza sentenciante, que agiu instrumentalmente, sem apego a formalismo exacerbado, obstando sua estéril prossecução. De mais a mais, a desfavor do Parquet apelante milita o aforismo "pas de nullité sans grief": só há nulidade quando há prejuízo. Afinal: que prejuízo causou ao Ministério Público o fato de os réus não terem contestado a ação? Nenhum! A toda evidência - acacianamente falando - as peças contestatórias viriam para infirmar o fundamento exordial. E, por outro vértice, tem-se que foi instaurado procedimento administrativo preliminar pelo Ministério Público, defluente de denúncia anônima, composto de alentada documentação, no qual as instituições convenientes (Municipalidade e Univali) manifestaram-se” (TJ-SC, AC: 20100276404 São José 2010.027640-4. Segunda

Câmara de Direito Público, Relator: João Henrique Blasi, Data de Julgamento: 16.12.2013).

140. Assim, novamente se demonstra que o recurso de revisão merece acolhimento, com o consequente afastamento da penalidade aplicada à Fundação Carlos Chagas, a qual cumpriu com inteireza e boa-fé o Contrato CLDF n.º 12/2018 (doc. 08), oriundo da Proposta Técnica n.º 01/2018 (doc. 09), **e os demais contratos similares que já executou e estão listados neste recurso**, em momento algum podendo ser-lhe imputado nestes contratos atuação contra a ética ou o profissionalismo.

<p>III.III. DA DELIMITAÇÃO LEGAL DO CONCEITO DE “INQUESTIONÁVEL REPUTAÇÃO ÉTICO-PROFISSIONAL” E DA INCORRETA APLICAÇÃO AO CASO EM TELA</p>
--

141. Prosseguindo, se faz necessário avaliar o entendimento a respeito do requisito de inquestionável reputação ético-profissional previsto no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, o que impossibilita a sua contratação mediante dispensa de licitação.

142. Referido requisito envolve conceito¹⁶ dotado de alta carga de subjetividade, conferindo ao administrador certa liberdade de opção, **sendo necessária, contudo, a instrução do respectivo processo administrativo com elementos objetivos que atestem a verificação do atendimento ao requisito, consubstanciados em declarações, atestados e outros documentos que comprovem a qualidade dos serviços prestados pela instituição a ser contratada.**

¹⁶ “Entende-se por “inquestionável reputação ético-profissional”, “em termos licitatórios, idoneidade assemelhada, mutatis mutandis, àquela resultante da habilitação prevista no art. 27 e à notória especialização definida no art. 25, § 1º [dispositivos da Lei nº 8.666/93]”. PEREIRA Júnior, Jessé Torres. *Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública*. 6. ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 281.

143. A esse respeito, a fim de escapar das inevitáveis armadilhas que decorrem do elevado grau de subjetividade, deve o administrador, neste caso, pautar-se por parâmetros objetivos mínimos capazes de propiciar a aferição da inquestionável reputação.

144. Neste ponto, tal requisito pode ser melhor avaliado mediante a apresentação de declarações, atestados e outros documentos que comprovem a qualidade dos serviços prestados pela instituição a ser contratada, os quais deverão ser carreados ao processo administrativo em ato formalizado na forma do art. 26 da Lei n.º 8.666/93, **não se podendo olvidar que as Fundações são formalmente fiscalizadas pelos respectivos órgãos do Ministério Público.**

145. Não se pretende dizer que a apresentação de tais documentos satisfaz plenamente a comprovação da chamada reputação ético-profissional, retirando a enorme carga de subjetividade que tal requisito traz em si. Sobre o tema, a abalizada doutrina de Marçal Justen Filho¹⁷:

“A exigência de “inquestionável reputação ético-profissional” tem de ser enfocada com cautela. **Deve ser inquestionável a capacitação para o desempenho da atividade objetivada. Exigem-se as virtudes éticas relacionadas direta e necessariamente com o perfeito cumprimento do contrato. Disputas ou questionamentos sobre outras questões são secundárias** e não se admite um policiamento ideológico ou político sobre o contratado. Não é possível impugnar a contratação pelo simples fundamento da discordância com a ideologia adotada pelos sujeitos envolvidos na instituição” (grifos e negritos nossos).

146. Ao que se conclui do excerto acima, **o que é inquestionável é a capacitação para o desempenho da atividade proposta**, a qual, obviamente, deve ser acompanhada da ética necessária para a adequada consecução dos objetivos pretendidos pela Administração, com a observância dos princípios aos quais está ela vinculada – sobretudo, o da moralidade.

¹⁷ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Ed. Dialética, São Paulo, p. 253.

147. Neste sentido, inclusive, é a jurisprudência:

“Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA DE OFÍCIO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. LICITAÇÃO. DISPENSA. REQUISITOS LEGAIS. ATENDIMENTO. LESIVIDADE E ILEGALIDADE DO ATO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. 1. Deve ser aplicada a regra inserta no art. 191 do Código de Processo Civil quando os réus possuem diferentes procuradores, o que acarreta prazo em dobro para recorrer, motivo pelo qual não se verifica a intempestividade do recurso. Preliminar rejeitada. **2. A dispensa fulcrada no art. 24 da Lei de Licitações requer que a contratada atue no ramo de ensino, não possua fins lucrativos e detenha inquestionável reputação ético-profissional.** 3. **O conceito inquestionável reputação ético-profissional é dotado de alta carga de subjetividade, sendo necessária a instrução do respectivo processo administrativo com elementos objetivos que atestem tal requisito, consubstanciados em declarações, atestados e outros documentos que comprovem a qualidade dos serviços prestados pela instituição a ser contratada.** 4. A ausência de prova de ilegalidade ou lesividade ao patrimônio público decorrentes do contrato cuja anulação se requer desautoriza o acolhimento do pedido deduzido na ação popular. 5. Recurso e remessa de ofício providos” (TJ-DF, Apelação nº 0006941-16.2008.8.07.0001. 3ª Turma Cível, Relator Des. MARIO-ZAM BELMIRO, Data de Julgamento: 24.10.2012, Publicado no DJE de 26.11.2012) (grifos e negritos nossos).

148. Segundo o Representante, haveria mácula sobre a FCC no que diz respeito à **origem de suas receitas e às suas operações financeiras**, o que tornaria questionável a sua reputação ético-profissional. Igualmente, a disponibilidade de vultosos valores em caixa e em aplicações temporárias de curto prazo descaracterizaria a sua natureza de fins não lucrativos.

149. Com a devida vênia, as questões financeiras da FCC (origem de suas receitas e investimentos financeiros chamados de temerários) não guardam **qualquer** correlação com o conceito de reputação ético profissional.

150. O próprio Órgão Ministerial, ao colacionar ensinamentos doutrinários acerca da definição de reputação ético-profissional, destaca que, nos termos do jurista Marçal Justen Filho: “Exigem-se as virtudes éticas relacionadas direta e necessariamente com o perfeito cumprimento do contrato”.

151. Assim, a reputação ético-profissional está relacionada com a estrita compatibilidade e pertinência entre o objeto a ser contratado e o objetivo social da instituição que se pretende contratar por dispensa de licitação. Nada tem a ver com os fatos apontados na exordial, **muito menos de seu comportamento de possível acúmulo de capital com a presunção de que tal fato, em vez de ser valorizado como louvável, por ato de proteção dos cofres e até da atividade fim da entidade, foi interpretado como passível de alteração da verdadeira natureza da Fundação.**

152. Nesse sentido, a Súmula 109 dessa Corte de Contas preconiza que “Na aplicação do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, atendidos os demais requisitos que a norma indica, deve ser comprovada, especificamente, a estrita compatibilidade e pertinência entre o objeto a ser contratado e o objetivo social da instituição que ensejou a reputação ético-profissional, além de demonstrar que essa dispõe de estrutura adequada à suficiente prestação daquele, vedada a subcontratação”.

153. Portanto, a reputação ético-profissional diz respeito à especialização e à experiência da entidade na execução dos serviços que se pretende contratar. Quanto a isso, **é fato público e notório que a FCC é instituição encarregada de promover processos seletivos e eventos ligados à avaliação do conhecimento e ao ensino, e que presta referidos serviços com excelência.**

154. A FCC (Fundação Carlos Chagas), instituição de direito privado e sem fins lucrativos, atua em duas grandes áreas: Avaliação/Concursos/Processo Seletivo e Pesquisa e Educação. Há mais de 50 anos, é reconhecida pela competência na realização de concursos, vestibulares, avaliação de sistemas e pesquisas socioeducativas.

155. O investimento em educação e pesquisa sempre foi uma das forças motrizes da FCC. Por meio de seu Departamento de Pesquisas Educacionais, se dedica a programas de investigação sobre temas direta ou indiretamente relacionados à educação, envolvendo avaliação, seleção de pessoas, políticas públicas, formação e trabalho docente, direitos sociais, relações etárias, de gênero e raciais.

156. Outro diferencial da FCC está na excelência com que planeja e executa processos de seleção. Desde 1964, realizou mais de 2,5 mil projetos, atendeu 500 instituições e avaliou mais de 273 milhões de candidatos, trabalho esse sempre pautado pela qualidade, segurança e fidelidade na prestação de serviços. Desse modo, forçoso reconhecer que a FCC goza, até o momento, de reputação ético-profissional para ser contratada por dispensa de licitação pelo Poder Público, pelo menos no tocante a esse quesito.

157. Neste ponto, vale a pena mencionar, a título de exemplo, **a grandiosidade da trajetória institucional da FCC, tomando-se como referência o ano anterior ao contrato celebrado (2017) - no período de janeiro a maio - a fim de demonstrar que, sem sobra de dúvidas, a Fundação é dedicada à sua atividade fim, qual seja, Avaliação, Concursos, Processo Seletivo bem como Pesquisa e Educação**¹⁸:

- Concursos realizados:

- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Concurso realizado nas cidades de Botucatu, Caraguatatuba, Franca, Itapetininga, Itatiba, Lins, Presidente Prudente, Registro, Santos, São José dos Campos e São Paulo – com um total de 5.225 inscritos.
- Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – provimento de cargos de Analista e Técnico Judiciário com um total de 138.704 inscritos.
- Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – provimento de cargos de Analista e Técnico Judiciário com um total de 138.704 inscritos.
- Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – provimento do cargo de Juiz Substituto com 5.279 inscritos.

¹⁸ <https://www.fcc.org.br/fcc/institucional/> - acesso em 11.08.2022.

- Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região para Analista e Técnico Judiciário com 76.883 candidatos. Realizado nas cidades de Boa Vista (RR) e Manaus (AM).
- Defensoria Pública do Estado do Paraná para o cargo de Defensor Público de Terceira Categoria - Classe Inicial com a inscrição de 6.472 candidatos. Realizado em Curitiba.
- Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região realizado na cidade de Campo Grande (MS) concurso para provimento de cargos de Analista e Técnico Judiciário com 32.516 inscritos.
- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para provimento de cargos diversos com 26.026 inscritos.

- Concursos em execução:

- Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.
- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT.
- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco.
- Procuradoria Geral do Estado de Tocantins.
- Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- Tribunal Superior do Trabalho.

- **Olimpíadas:** Em parceria com IMPA (Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada) foi realizada a 13ª Olimpíada Brasileira de Matemática do Ensino Público (OBMEP) para 18.238.211 alunos

Educação e Pesquisa:

- Projetos de Pesquisa (em andamento):

- Experiência, historicidade e representações sociais: contribuição aos estudos educacionais.
- Avaliando o clima escolar e a adesão a valores sociomoraes em escolas.
- Avaliação de valores sociomoraes em escolares: pesquisa comparativa entre Brasil e Espanha.
- Divisão sexual do trabalho nas profissões e ocupações das áreas da educação e saúde.
- Aprender a aprender: perspectivas internacionais teóricas e práticas.
- O processo de autoavaliação institucional participativa na rede municipal de educação infantil de São Paulo na perspectiva das equipes das unidades educacionais.
- Subjetividade social docente e políticas de subjetividade: aportes de uma perspectiva psicossocial.
- Cenários de gestão de escolas municipais no Brasil.

- Estudo qualitativo e quantitativo sobre o acesso e ausência de documentação civil, trabalhista, previdenciária e fiscal nas áreas de abrangência dos territórios da cidadania, por parte das mulheres rurais no Brasil.
- Avaliação do Programa União Faz a Vida – 2015.
- Avaliação e Monitoramento da Rede Municipal de Educação Infantil de Florianópolis.
- Elas nas Ciências: um estudo para a equidade de gênero no Ensino Médio.
- Experiências internacionais no atendimento de crianças de 0 a 3 anos na educação infantil.
- Avaliação dos projetos selecionados no Edital Elas nas Exatas. • Análise para fins de credenciamento do projeto PROFUTURO.
- Formação Continuada de Professores – Assessoria.
- Projeto Tutoria.

- Projetos Especiais e de Formação:

- Fórum de Discussão FCC-INSPER: refletindo sobre a divisão sexual nas ocupações e profissões.
- Cátedra Unesco: Profissionalização Docente. Coordenação: Lúcia P. S. Villas Bôas. Apoio Financeiro: Unesco e Fundação Carlos Chagas
- Programa Equidade na Pós-Graduação. Coordenação: Sandra Unbehaum e Amélia C. de A. Artes. Integrantes: Valter Silvério – UFSCar; André Lázaro – FLACSO; Danielle Regina de Oliveira (bolsista). Apoio Financeiro: Fundação Ford.
- Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP - Edição 2017. Coordenação: Departamento de Tratamento da Informação da Fundação Carlos Chagas (DTI/FCC). Integrantes: equipe de processamento de dados do NTI, equipe de elaboração de provas do Departamento de Teste e Medidas e os pesquisadores do DPE Nelson A. S. Gimenes e Gláucia Novaes. Apoio financeiro: Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e Ministério da Educação (MEC).
- Edital Elas nas Exatas – Avaliação. Coordenação: Sandra Unbehaum (DPE). Integrantes: Thais Gava; Elisabete de Oliveira. Apoio financeiro: Parceria Instituto Unibanco, Elas Fundo de Desenvolvimento Social e Fundação Carlos Chagas

- Cursos:

- Introdução à análise de dados qualitativos com utilização do software ATLAS.TI. Dilmeire Vosgerau.
- Curso de Aperfeiçoamento - Avaliação da Aprendizagem. Vários especialistas e pesquisadores.
- Introdução à métodos e técnicas de pesquisa em educação. Pesquisadores e Especialistas.
- Oficina Metodologias Ativas: webquest e webgincana. Ivete Palange.
- Curso Marcação em XML - Metodologia em Scielo. Ana Lúcia Ramos de Olim; Flora Paula de Oliveira; Vivian Riquena.

- Introdução à análise de dados textuais assistida pelo software IRAMUTEQ. Brígido Vizeu de Camargo.
- Análise Qualitativa com Auxílio do Software NVivo11 - Módulo I e Módulo II. Vicente Sarubbi Jr.
- Gestão Escolar, Violências e Justiça. Alice Miriam Happ Botler.
- Curso/Oficina: Metodologias Ativas? Projetos Educacionais e Ensino Híbrido. Ivete Palange.

- Seminários:

- Avanços e desafios na elaboração de indicadores educacionais. Adriana Bauer e Nelson A. S. Gimenes.
- X Programa de Capacitação: População, Cidades e Políticas Educacionais. Fabiana Fernandes, Nelson A. S. Gimenes e Vandrê Gomes da Silva.
- O Bem-Estar dos alunos brasileiros em perspectiva comparada: o que indicam os dados do PISA 2015. Esther Carvalhaes e Gabriela Moriconi.
- Raça Negra e Educação em São Paulo. Coordenação: Amélia Artes e Sandra Unbehau.

- Edições – Publicações Periódicos FCC:

- Cadernos de Pesquisa – publicado o nº 163 com o Tema em Destaque: Mulheres em carreiras de prestígio: conquistas e desafios à feminização de Maria Rosa Lombardi.
- Estudos em Avaliação Educacional – publicação do nº 67 com destaque para o artigo Professores da educação básica: perfil e percepções sobre sucesso dos alunos de Eloisa Maia Vidal, Sofia Lerche Vieira.

Biblioteca Ana Maria Poppovic (BAMP): Lançado o nº 24 do Boletim Informativo.

Estágios Pós-Doutorais: Concluído o estágio pós-doutoral de Luciana Ponce Bellido Giraldi intitulado “Os professores, os alunos e os contextos: uma busca por padrões e variações nas práticas docentes”.

158. De maneira mais relevante, o eg. Tribunal de Contas da União já se debruçou quanto aos aspectos da “reputação ético profissional”, em análise que conclui pelo entendimento de que **a constituição de tal requisito está vinculada à indiscutível CAPACIDADE PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO PACTUADO por meios próprios e de acordo com as suas finalidades institucionais**, não podendo ser ilidida por fatos isolados da instituição como um todo, mas ter sua conduta desabonada como prestadora de serviços, inclusive do ponto de vista ético e profissional.

159. Neste sentido, vejamos:

21. Ênfase que o principal responsável pela contratação da APDL foi o Secretário da Administração, que produziu a justificativa transcrita acima, mas este gestor não foi incluído no polo passivo do presente processo. Por outro lado, o Sr. Nabor Wanderley da Nóbrega Filho, ex-prefeito de Patos/PB, que tão somente ratificou a dispensa de licitação (peça 22, fl. 89) e assinou o contrato (peça 22, fls. 93/101), foi apenado pelo TCU com multa no valor de R\$ 8.000,00.

22. A motivação para a contratação direta da APDL transcrita acima me pareceu satisfatória, abordando com certa propriedade os principais requisitos exigidos para a dispensa de licitação fundada no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, o qual juro ser uma das hipóteses de dispensa de licitação de interpretação mais complexa. Vejo que a jurisprudência e a doutrina sobre a modalidade de contratação foram citadas, assim como foi apresentada a qualificação técnica da APDL com vistas a demonstrar a “inquestionável reputação ético-profissional” da entidade.

23. Na documentação acostada aos autos, existem cópias de outras contratações realizadas pela APDL cujo objeto foi **a execução de ações de qualificação social e profissional, celebradas com as Prefeituras de João Pessoa/PB e de Natal/RN (peça 22, fls. 54 e 63), bem como de diversos atestados de capacidade técnica**. Também verifico centenas de páginas com contratos de prestação de serviço, currículos e certificados diversos dos integrantes da equipe de gestores e docentes da APDL, o que tem o condão de demonstrar que **a instituição dispunha de capacidade de execução do objeto contratual com estrutura própria e de acordo com suas competências**.

24. Ao proferir o voto condutor do Acórdão 3193/2014-TCU-Plenário externei o entendimento que a entidade contratada por dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, **deve comprovar indiscutível capacidade para a execução do objeto pactuado por meios próprios e de acordo com as suas finalidades institucionais**, sendo regra a inadmissibilidade de subcontratação.

25. Tais exigências vão ao encontro da disposição da norma que estabelece a necessidade de as contratadas possuírem **"inquestionável reputação ético-profissional" ou, em outras palavras, indiscutível capacitação para executar o objeto**. Isso porque, se a instituição não possui as condições técnicas para desempenhar a atividade por si só, não há como se supor que ela atenda essa exigência legal.

26. Extrai-se também desse entendimento jurisprudencial a preocupação com o respeito ao princípio da economicidade, pois, caso contrário, haveria o desnecessário pagamento de valores a título de taxa de intermediação, correspondente à diferença entre o montante despendido pela administração e aquele auferido pela subcontratada executora dos serviços.

27. No entanto, por questões mercadológicas, que podem exigir uma diversidade de fornecedores necessários à execução contratual, seria admissível a prestação de serviços auxiliares por terceiros - referentes a partes não relevantes do objeto da contratação - e a complementação do quadro de pessoal da contratada, de acordo com as necessidades impostas pela situação.

28. Prosseguindo com o exame, também verifico que o estatuto social da APDL demonstra que a entidade é sem fins lucrativos e tem como objetivo, dentre outros, o desenvolvimento institucional e a realização de ações de qualificação diversas, demonstrando que subiste nexo entre a natureza da instituição contratada e o objeto contratual, que necessariamente deve contemplar o ensino, a pesquisa ou a desenvolvimento institucional.

29. Assim, houve atendimento aos requisitos previstos no art. 24, inciso XIII, da Lei de Licitações e Contratos, que exige comprovação cumulativa dos seguintes requisitos: ser brasileira, não ter fins lucrativos, apresentar inquestionável reputação ético-profissional, ter como objetivo estatutário-regimental a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional, deter reputação ético-profissional na estrita área para a qual está sendo contratada.

30. Por fim, do ponto de vista formal, o processo de contratação está completo, com toda a documentação relacionada à regularidade fiscal, adequação orçamentária e financeira, qualificação jurídica, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica da APDL. Também há parecer jurídico favorável (peça 22, fls. 80/88) embasando a contratação e pesquisa de mercado para justificar o preço praticado.

31. É bem verdade que no exame preliminar desta denúncia (peça 25), a Secex-PB apontou fragilidades nas pesquisas realizadas para demonstrar a adequação do valor contratado com a APDL, visto que foram selecionadas somente duas empresas, cujos ramos de atividades desenvolvidas não se assemelhavam as necessárias à execução das ações do Programa Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã.

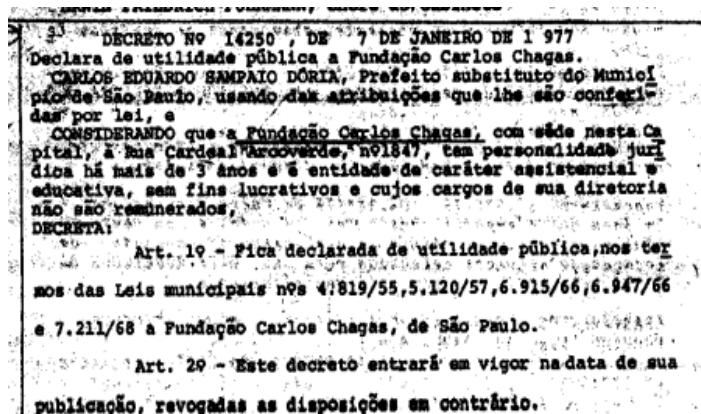
32. Tal fato, a meu ver, é o único ponto que macula a contratação, pois não foi plenamente atendido o disposto no art. 26 da Lei 8.666/1993, que exige a demonstração da compatibilidade dos preços contratados com os parâmetros de mercado. Considerando que não se imputou nenhum sobrepreço ao objeto examinado e que não se questionou a efetiva realização das despesas, creio que essa falha pontual possa ser sopesada, pois não vejo nenhuma outra ilegalidade aparente ou falha grosseira que pudesse ser percebida pela autoridade que homologou a referida contratação, o que enseja o provimento do presente recurso e o afastamento da multa aplicada ao recorrente.¹⁹

¹⁹ ACÓRDÃO 2669/2016 – PLENÁRIO – RELATOR BENJAMIN ZYMLER – PROCESSO 016.381/2014-9 - DENÚNCIA (DEN) - DATA DA SESSÃO 19/10/2016.

160. No caso em tela, igualmente se traz longa lista de contratos prestados a contento, demonstrando que a Fundação possui **"inquestionável reputação ético-profissional" ou, em outras palavras, indiscutível capacitação para executar o objeto, nos termos do disposto no entendimento do TCU,** ainda restando demonstrado que a instituição possui nexos com as atividades de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional.

161. Por oportuno, na oportunidade, se acosta ao presente recurso o inventário da “Memória Institucional” da Fundação Carlos Chagas, compreendendo seu início em 1964 até maio de 2017, com menção ao longo de suas 199 folhas a todos os concursos, publicações, pesquisas, vestibulares, criação de bibliotecas e de departamentos de estudos envolvendo a Fundação. (doc. 15) Também se apresenta o relatório de atividades de Educação e Pesquisa no ano de 2017 (doc. 16).

162. Bom timbrar, ainda, que a Fundação Carlos Chagas foi declarada como Instituição de Utilidade Pública por meio do Decreto n.º 14.250 de 07 de janeiro de 1977 (doc. 17):



164. Veja-se que, segundo o Representante, haveria mácula sobre a FCC no que diz respeito à origem de suas receitas e às suas operações financeiras, o que tornaria questionável a sua reputação ético profissional. Igualmente, a disponibilidade de

vultosos valores em caixa e em aplicações temporárias de curto prazo descaracterizaria a sua natureza sem fins lucrativos.

165. Com todo o respeito e acatamento devidos, **as questões financeiras da FCC (origem de suas receitas e supostos investimentos financeiros temerários) não guardam qualquer correlação com o conceito de reputação ético profissional.**

166. Assim, considerando todo o quanto narrado, a única conclusão a que se pode chegar é a de que a Fundação possui sim inquestionável reputação ético-profissional, de modo que merece reforma/anulação a r. Decisão nº 3187/2019.

167. A seguir, serão expostas ainda mais razões que reiteram a boa imagem pública e a importância dada pela FCC à sua reputação, preocupação esta que a levou a mover uma ação judicial e arcar com todos os custos de um processo a fim de ver responsabilizados aqueles que, em verdade, causaram-lhe os prejuízos aqui discutidos – sejam eles materiais ou extrapatrimoniais.

<p>III.IV. DA AUSÊNCIA DE ATOS DA RECORRENTE QUE AFASTEM A SUA INQUESTIONÁVEL REPUTAÇÃO ÉTICO-PROFISSIONAL</p>

168. Por outro lado, vale ressaltar, conforme será mais bem explicitado em tópico adiante, que a Recorrente demonstrou claramente não atuar com qualquer convivência em relação às condutas antiéticas tomadas por gestões passadas e que culminaram na decisão recorrida – de que a Recorrente foi mais vítima do que partícipe.

169. Deve ser ponderado que a pessoa jurídica da Recorrente não se confunde com as suas gestões e com os particulares que a representam, muito menos quando

o fazem **em contrariedade com os objetivos e diretrizes que caracterizam a Fundação,** e sem nexos causal direto com a prestação dos serviços para que se destina.

170. Neste sentido, é extremamente relevante perceber que outras fundações e entidades **foram utilizadas por gestões e profissionais para atitudes fraudulentas,** sem que jamais tenham merecido reprovabilidade tamanha em relação à sua condição, quer seja da parte desse E. TCDF ou de qualquer outra instituição.

171. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), apenas a título de exemplo, funciona como banca responsável pelo concurso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios,²⁰ e de concursos diversos vinculados à Administração do Estado do Rio de Janeiro^{21 22} e da União Federal.²³

172. Com relevância para a análise em tela, é fato notório e amplamente publicado que a FGV foi e é atualmente investigada por **atos de corrupção que geraram diversas lesões ao patrimônio da referida fundação e também ao erário do Estado do Rio de Janeiro.**

173. Conforme amplamente divulgado, o presidente da instituição é investigado por atos de corrupção e acusado de utilizar a organização para aumentar seu patrimônio, em prejuízo da FGV e da Administração Pública do Rio de Janeiro em diversas ocasiões, o que é investigado em diversos inquéritos ainda vigentes, que tratam de fatos **muito mais graves do que os imputados à FCC no bojo do presente processo.**

²⁰ <https://conhecimento.fgv.br/concursos/tjdft22>

²¹ <https://conhecimento.fgv.br/concursos/cbmerj22>

²² <https://conhecimento.fgv.br/concursos/tjrj22>

²³ <https://conhecimento.fgv.br/concursos/senado22>

174. Trata-se de fato amplamente divulgado e que nem por isso desabonou a conduta da Fundação Getúlio Vargas, que segue atuando em concursos públicos, provas e pesquisas, inclusive no âmbito do Governo do Distrito Federal.²⁴

175. O mesmo se dá em relação ao CEBRASPE que, até ser desabonado por decreto presidencial por razões diversas, funcionava como banca em diversos concursos públicos, provas e pesquisas no âmbito do Governo do Distrito Federal, **ainda que tenha sido investigado em diversas operações policiais extensas**, dentre as quais se destaca a **Operação Panoptes**, que desarticulou a chamada “Máfia dos Concursos”, fatos também amplamente divulgados.²⁵ Vale ressaltar ainda que essas irregularidades tem nexo **direto com o próprio objeto das contratações**.

176. Assim como aquelas entidades, **sobre os quais recaem suspeitas e confirmadas acusações a respeito de fatos MUITO MAIS GRAVES DO QUE OS AQUI TRATADOS**, a FCC **não foi a responsável pelos fatos ocorridos**, ao revés tendo sido **vítima deles e dos responsáveis efetivos – pessoas físicas que a toda evidência fraudaram a Fundação almejando ganhos pessoais**.

177. O que se observa, portanto, é mais um elemento que denota claramente inexistirem fundamentos para que se mantenha a r. decisão de afastar a inquestionável reputação ético profissional pela qual é afamada a FCC, já que o próprio Distrito Federal e outros órgãos governamentais atualmente possuem contratos vigentes com instituições investigadas por casos similares e muito mais graves.

²⁴ Reportagem do Portal VEJA: <https://veja.abril.com.br/economia/quem-e-o-homem-no-centro-dos-escandalos-da-fundacao-getulio-vargas/> Reportagem do Portal ISTOÉ Dinheiro <https://www.istoedinheiro.com.br/mp-do-rio-pede-destituicao-de-dirigentes-da-fgv/> Portal CONJUR <https://www.conjur.com.br/2020-ago-12/mp-queda-diretoria-fgv-ilicitos-privatizacao-berj>

²⁵ Reportagem do Correio Braziliense: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/deco-cumpre-8-mandados-de-prisao-de-integrantes-da-mafia-dos-concursos/> Reportagem do Portal Metrôpoles: <https://www.metrôpoles.com/distrito-federal/pcdf-deflagra-nova-operacao-para-combater-mafia-dos-concursos> Efeitos sentidos pelo Superior Tribunal de Justiça: https://www.stj.jus.br/sites/portaltj/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2018/2018-12-19_11-03_Esclarecimentos-a-respeito-da-Operacao-Panoptes.aspx

178. Deste modo, não há razão para se desconstituir o caráter de inquestionável reputação ético profissional de que sempre gozou a FCC, já que a conduta da Fundação não está representada por atos que são contrários aos seus objetivos e diretrizes.

179. Nem se diga que a situação não foi objeto de dura repressão por parte da FCC, que tem se posicionado de forma contundente contra os responsáveis pelos fatos aqui analisados, conforme passa a ser mais bem explorado no tópico adiante.

III.V. FATO NOVO. DA AÇÃO JUDICIAL MOVIDA PELA FUNDAÇÃO CONTRA OS RESPONSÁVEIS PELA MÁ GESTÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DOS QUAIS A FCC É COTISTA ÚNICA

180. Ao contrário do que afirma o D. Ministério Público junto ao TC-DF, reproduzindo os termos da denúncia, **a Recorrente não foi conivente com as condutas antiéticas perpetradas pelas administradoras/gestoras dos fundos de investimento, ou permaneceu inerte diante das fraudes que sofreu, muito menos teve participação ativa na tomada das decisões irresponsáveis envolvendo os recursos financeiros da instituição.**

181. Para melhor esclarecer esses fatos, faz-se necessária uma digressão acerca dos fatos que resultaram nesse cenário, a começar por atos de dirigentes anteriores da Recorrente.

182. Explica-se.

183. A partir do ano de 2010, o então Presidente da Fundação, Sr. Fernando Calza de Salles Freire, cujo mandato abrangeu o período de 01.01.2010 a 06.12.2013, realizou aplicações vultosas diretamente em Fundos de Investimento, Cédulas de Crédito Bancário e Debêntures. Tais operações, que violaram o Estatuto Social da Fundação bem

como a Resolução do Conselho Curador, são objeto de ação indenizatória movida pela FCC, consoante já narrado no §º 22²⁶.

184. Dentre as operações realizadas, situa-se a assinatura, no ano de 2013, de Boletins de Subscrição de quotas em nome da Fundação Carlos Chagas, na condição de quotista única, de três fundos de investimento²⁷.

185. A gestão dos fundos dos quais a FCC era cotista sempre foi realizada pela DMI Investimentos e Gestão de Recursos Ltda., e, entre março e julho de 2015, sua administração passou às mãos da Planner Corretora de Seguros S.A.

186. Em reunião do Conselho Curador realizada em 07.12.2013, a renúncia à Presidência da Fundação de Fernando Calza de Salles Freire foi formalizada, de modo que a então Vice-Presidente Glória Maria Santos Pereira Lima assumiu interinamente o cargo de Presidente de 19.11.2014 a 30.05.2017, tendo sido eleita para essa função para o próximo período, iniciado em 31.05.2017 e encerrado em 09.10.2017, quando a Sra. Glória Maria veio a falecer.

187. De perfil mais conservador, a Diretoria que assumiu a partir de então, apesar de não ter subscrito os investimentos em nome da FCC, viu-se na contingência de ter de cumprir as integralizações assumidas pelo Presidente que renunciou, vez que tais obrigações constituíam título executivo extrajudicial.

188. Tal posicionamento foi fruto de deliberação do Conselho Curador, que determinou que fossem honrados os compromissos assumidos pelo ex-Presidente,

²⁶ Necessária a indicação de que na ação indenizatória movida pela Recorrente em face de seu ex-presidente, Sr. Fernando Calza de Salles Freire, já consta Laudo Pericial Contábil no qual se apurou os prejuízos causados por ele em detrimento da Fundação pela sua má-gestão e atuação em desacordo com o Estatuto Social e Resolução do Conselho Curador. (Processo nº 1118661-53.2016.8.26.0100 que tramita eletronicamente perante a 14ª Vara Cível do Foro Central da Capital de São Paulo).

²⁷ Conforme já explicado acima, os fundos de investimento não possuem personalidade jurídica própria e são legalmente definidos como uma comunhão de bens constituída sob a forma de condomínio especial (art. 1.368-C do CC). Dessa forma, e de acordo com a regulação da CVM, a estrutura dos fundos de investimento deve contar com a figura de uma administradora, que toma a maioria das decisões administrativas e é responsável pela representação do fundo, e uma gestora, responsável pelas decisões de investimento do fundo.

especialmente no tocante aos investimentos que pudessem envolver terceiros de boa-fé, estranhos às questões internas e de gestão da Fundação.

189. Durante a gestão da Sra. Glória Maria Santos Pereira Lima, **foram realizados diversos aportes pontuais, sempre por exigência por parte da gestora DMI e da administradora Planner**, que argumentavam que os investimentos seriam prejudicados e os fundos não poderiam subsistir caso referidos aportes não se concretizassem.

190. É importantíssimo ressaltar que nesse período de atuação da ex-Presidente Glória, **os extratos periódicos enviados à Fundação eram bem elaborados, apresentavam bons resultados e maquiavam a realidade fática dos investimentos realizados por meio dos fundos**, o que justificava a continuidade dos aportes solicitados. Foi à época de atuação da ex-Presidente Glória que se realizou a integralização dos atuais fundos em que a FCC consta como cotista única, com ativos em dinheiro e ativos de outros fundos.

191. Assim, a gestão da ex-Presidente Glória se deu no sentido de buscar a organização dos ativos e dos investimentos da Fundação, de forma a cumprir a determinação de integralização de capital deliberada pelo Conselho Curador. Porém, com o abrupto falecimento da Sra. Glória Maria, em 03.10.2017, tornou-se necessária a constituição de um novo corpo Diretor da FCC.

192. Foi assim que se iniciou o período de atuação da atual Diretoria da Recorrente, e, com ela, a reação por parte da FCC frente aos indícios de comportamento fraudulento das supracitadas responsáveis – a gestora DMI Investimentos e a administradora Planner, essas sim culpadas por todo embaraço gerado à Fundação e pelo qual foi penalizada pelo E. TC-DF.

193. A nova Diretoria eleita contava com o Sr. João Luís da Silva, na qualidade de Diretor-Presidente Executivo, a Sra. Lúcia Pintor Santiso Villas Bôas, no cargo

de Diretora Vice-Presidente Operacional, e a Sra. Roseli dos Santos Gancho, no cargo de Diretora Administrativo-Financeira, os quais tiveram que assumir suas funções de forma repentina, com mandato de 20.10.2017 a 30.05.2019.

194. Assim, foram inúmeros os desafios a serem enfrentados à frente da FCC, uma vez que a nova Diretoria iniciou suas atividades sem passar por uma transição planejada. Dentre esses desafios, logo se evidenciou a necessidade de continuidade de relacionamento com a DMI e a Planner em função da gestão e administração dos três fundos de investimento dos quais a Fundação exercia o papel de cotista única.

195. Em 10.05.2018, o Diretor-Presidente Executivo da atual Diretoria, Sr. João Luís, notando a contradição existente entre os (supostos) bons resultados dos relatórios periódicos enviados, indicativos de expressiva valorização, em oposição à falta de liquidez revelada pelas reiteradas solicitações de aportes de recursos para despesas de manutenção e custeio, levou o assunto para deliberação perante o Conselho Curador, ao mesmo tempo em que notificou a Planner, com cópia à DMI.

196. Em consequência, o Conselho Curador emitiu a Resolução nº 27/2018, de 23.05.2018, na qual decidiu condicionar quaisquer outros aportes à apresentação completa das informações contábeis, patrimoniais e financeiras referentes aos fundos e seus investimentos, além de plano de negócios, planejamento orçamentário para o ano seguinte, laudos de avaliação e certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

197. O condicionamento de qualquer novo aporte à entrega desses documentos e a explicações culminou em uma série de desentendimentos com a Planner e na renúncia da DMI da condição de gestora, tudo em virtude dos questionamentos e da busca de informações para que se pudesse entender a gestão dos ativos dos fundos, da qual passou-se a desconfiar de possível má gestão ou até mesmo de eventual fraude.

198. Apenas a título de exemplo, para se ter uma ideia da situação absurda gerada por essas duas empresas (que deviam total comprometimento às obrigações assumidas perante o Fundo²⁸), veio a corroborar o posicionamento acima a resposta da DMI, de 22.05.2018, em que esta enviou uma série de documentos, entre os quais os laudos de avaliação das fazendas que compunham o patrimônio da empresa Global Grain Participações Ltda., uma das empresas investidas.

199. A empresa Global Grain é o resultado da fusão das empresas Terra Limpa Participações Ltda. e SRM1 Participações Ltda., tendo sido constituída em 04.12.2017.

200. A correspondência encaminhada por DMI apresentava uma projeção de valorização dos imóveis na qual estes atingiam o altíssimo valor de R\$ 889.251.750,00 (oitocentos e oitenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e um mil e setecentos e cinquenta reais).

201. No entanto, trata-se de completa falácia levada a cabo pelas citadas Planner e DMI, e isto se afirma **desde forte suspeita de falsificação das escrituras dos imóveis que compunham a Terra Limpa até o fato de que os imóveis nunca foram registrados em nome desta ou da Global Grain, chegando à espantosa conclusão dos laudos dos auditores independentes** (2 empresas diferentes contratadas pela FCC constataram ocupação mansa e pacífica, por terceiros, ao longo de muitos anos – implicando usucapião – em imensas porções dos terrenos) **de que grande parte dos imóveis possui valor real ZERO.**

202. Frente a esse quadro de extremo prejuízo causado pela má-fé e pela conduta verdadeiramente ilícita das empresas responsáveis pela gestão e administração dos Fundos, não restou alternativa à Fundação Carlos Chagas senão o **ajuizamento de ação**

²⁸ A administradora e gestora do fundo devem ter autorização da CVM para o exercício da atividade profissional de administração e/ou gestão de carteiras de valores mobiliários e são obrigadas a cumprir toda a regulamentação e exigências da CVM no exercício de sua função, a exemplo da Instrução CVM nº 555/2014, na qual se encontra a definição das atividades praticadas pelo gestor e pelo administrador.

indenizatória em face das mesmas, a fim de ver restituído todo o rombo sofrido nos investimentos dos fundos.

203. O referido processo tramita perante a **16ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP, sob o nº 1136296-71.2021.8.26.0100**. Nele, foram levadas ao conhecimento do Juízo todas as evidências de fraude e má-gestão com os recursos aportados pela FCC, que, confiando na competência e transparência das empresas Planner e DMI, foi enganada e ludibriada por estas.

204. Nessa esteira, não se pode alegar conivência, muito menos um posicionamento ativo por parte da Recorrente, no que diz respeito a existência de fraudes em seus investimentos, **uma vez que foi verdadeiramente enganada pelas empresas mencionadas**, figurando, em realidade, como **vítima** das referidas fraudes.

205. Portanto, imputar à FCC a culpa pelos investimentos temerários verificados, usados para “manchar” sua reputação, é leviano e injusto, posto que foi a Recorrente a verdadeira prejudicada pelas fraudes que sofreu.

206. Por essas razões, faz-se necessária a reforma da r. decisão recorrida, revogando-se a sanção imposta à Fundação Carlos Chagas, em que pese a ação indenizatória por ela movida contra as empresas responsáveis pelos fundos de investimento dos quais é cotista, consistindo a referida ação em fato novo apto a ensejar a alteração da r. decisão atacada.

<p>III.VI. DA INEXISTÊNCIA DE FINS LUCRATIVOS NA FUNDAÇÃO. MERA ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO SOCIAL</p>

207. Segundo o Representante, a Fundação Carlos Chagas não poderia ser contratada por dispensa de licitação por não mais sustentar a condição de entidade sem

fins lucrativos. Ora, a FCC é instituição sem fins lucrativos de direito privado e, como tal, sujeita-se ao controle do Ministério Público.

208. Neste ponto, igualmente se faz importante avaliar a situação jurídica da FCC. Consoante ensina a doutrina²⁹:

“Registre-se que a ausência de lucro não afasta a necessidade de eficiência por parte da entidade. Na hipótese de resultados financeiros positivos, quando os créditos superam as despesas, os valores, considerados superávit (e não lucro), deverão ser reinvestidos nas finalidades da entidade, não sendo permitida a sua distribuição ou repartição entre seus administradores” (negritos nossos).

209. Ora, a observação do Representante contra a elevada acumulação de capital por parte da FCC, a qual conta com mais de 50 anos de história, não merece prosperar. Os demonstrativos colacionados aos autos ilustram que os recursos acumulados pela entidade constituem o seu fundo patrimonial, estando em consonância com o art. 2º da Lei n.º 13.019/14.

210. A este respeito ensina a doutrina³⁰:

“Necessário, entre outros aspectos, é auferir rentabilidade ao patrimônio, como, por exemplo, sua alocação em investimentos de baixo risco, que não comprometam o capital, tal como imóveis de aluguel ou aplicações financeiras de baixo risco, a caderneta de poupança e também os fundos DI lastreados em títulos públicos”.

211. Repita-se o que já consta dos autos: como não há normativo que estabeleça um limite máximo para destinação de recursos visando à constituição do fundo patrimonial, não há qualquer irregularidade no fato de a Fundação Carlos Chagas dispor de

²⁹ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Curso de Direito Administrativo*. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017, p. 39.

³⁰ PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários*. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, 2018, p. 509.

quaisquer valores que componham tal fundo, cujo montante não é parâmetro para qualificar uma entidade como sendo sem fins lucrativos ou não.

212. E logicamente que se a entidade possui significativos valores no fundo patrimonial, não só é permitido, mas também desejável, que tais recursos sejam direcionados para aplicações financeiras (de preferência de baixo risco), tendo por finalidade proteger o seu patrimônio.

213. Neste sentido, no que se refere aos atos praticáveis por uma fundação, vejamos a lição de Odete Medauar:

“A fundação também é pessoa (jurídica) e, embora não possa ter finalidade econômica, pode comercializar brinquedos para, por exemplo, levantar recursos para aplicar numa finalidade caritativa.

[...]

Assim, uma fundação, por ser pessoa jurídica, pode praticar qualquer ato para o qual não esteja proibida. Por exemplo, adquirir um imóvel com o intuito de nele explorar uma atividade comercial. **Se esse ato se destina, afinal, a gerar recursos para a realização das finalidades culturais, morais, religiosas ou de assistência que as move, ele é regular** (sob esse aspecto, pelo menos)”³¹.

214. Ressalte-se, aliás, que o fato de uma instituição ter fins lucrativos é denotado pela distribuição de dividendos ao seu corpo diretor, cotistas e administradores, o que jamais ocorreu com a FCC. Confira-se, a respeito, a aula de Fábio Ulhoa Coelho a respeito do tema:

“Os fins da fundação são sempre não econômicos. Especificamente, ela só pode ter finalidade religiosa, moral, cultural ou de assistência (CC, art. 62, parágrafo único). **Isso não significa, porém, que as fundações não podem ter lucro com as atividades que desenvolvem. Pelo contrário. Na verdade, a fundação normalmente só poderá cumprir seus objetivos se gerar receita líquida com a administração dos bens de seu patrimônio.** Para bem situar a questão, deve-se, na verdade, distinguir entre o lucro como fim e como meio.

³¹ MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo moderno*. 21. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 330 e 341.

Sem lucro, nenhuma atividade é promissora no sistema capitalista. As sociedades, por buscarem fins econômicos, têm o lucro como fim, ao passo que as associações e fundações, por buscarem fins não econômicos, podem ter o lucro como meio. A Igreja Católica, ao instituir, em 1946, a “Fundação São Paulo”, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), não tinha o objetivo de lucrar com a prestação de serviços de educação superior. A finalidade básica da iniciativa era a de buscar a formação de profissionais orientada pela visão católica do mundo. Mas, no sistema capitalista de produção, não é possível manter qualquer instituição de ensino sem lucro, isto é, sem que o total recebido em razão do pagamento das taxas escolares pelos alunos supere os gastos com a prestação do serviço. Ou seja, sempre que não for possível à fundação cumprir sua finalidade não econômica sem se valer do lucro como meio, nada impede que ela explore atividade lucrativa compatível com seus objetivos.”³²

215. Desse modo, mostra-se infundada a afirmação do Parquet no sentido de que a obtenção de elevadas receitas financeiras por parte da FCC denotaria a persecução de lucro. No caso em apreço, o investimento financeiro de alto risco foi realizado por ex-Diretor da Fundação e sem que esta auferisse lucro com isso, consoante já explicado em tópico próprio.

III.VII. DA FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOBRE AS CONTAS DA RECORRENTE

216. Por fim, vale ressaltar que a teor do disposto no art. 66 do Código Civil, há ainda a competência do Ministério Público do Estado de São Paulo para velar pelas fundações circunscritas a seu âmbito federativo, inclusive em relação à Recorrente – pelo que houve e há, anualmente, a análise das contas da FCC pelo MPSP, havendo sua aprovação sem ressalvas nos últimos anos, ou veja-se:

“ATESTO, para os devidos fins de direito, que a FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, com sede nesta Cidade e Capital, na Avenida Professor Francisco

³² COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito civil: parte geral, volume 1*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 582.

Morato, 1565, inscrita no CNPJ sob o nº 60.555.513/0001-90, encontra-se em situação regular com suas obrigações perante a Promotoria de Justiça Cível e Fundações da Capital.

Atesto, ainda e finalmente, que havendo apresentado a prestação de contas **referente ao exercício financeiro de 2020** por intermédio do Sistema SICAP, referida prestação foi analisada pelo Setor Técnico do Ministério Público, que emitiu parecer pela aprovação sem ressalvas. Consoante a recomendação técnica, as contas foram aprovadas por este Órgão de Velamento nos autos do PAF nº S050.21 (SIS 63.0639.0000515/2021-6 - SEI nº 29.0001.0137923.2021-05)”.

“ATESTO, para os devidos fins de direito, que a FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, com sede nesta Cidade e Capital, na Avenida Professor Francisco Morato, 1565, inscrita no CNPJ sobo nº 60.555.513/0001-90, encontra-se em situação regular com suas obrigações perante a Promotoria de Justiça Cível e Fundações da Capital.

Atesto, ainda e finalmente, que havendo apresentado a prestação de contas **referente ao exercício financeiro de 2019**, por intermédio do Sistema SICAP, referida prestação foi analisada pelo Setor Técnico do Ministério Público e aprovada por este Órgão de Velamento nos autos do PAF nº 460.19, ressalvados os conteúdos específicos e próprios de eventuais outras investigações e/ou ações judiciais”.

217. A situação da aprovação das contas deixa claro que a gestão da atividade da FCC sempre foi regular, regularidade que se mantém até o momento, vez que a Recorrente nunca teve suas contas reprovadas pelo órgão ministerial. Independente disso, tomou todas as medidas cabíveis para responsabilizar terceiros que malversaram seus recursos em sua obrigação de preservar o fundo patrimonial.

218. Novamente, a situação aponta para a completa regularidade da ação da FCC ao longo de toda sua existência, não podendo ser todo o período de atuação absolutamente irretocável da Fundação desconsiderado por esse E. TCDF, unicamente em razão de uma situação isolada em que foi vítima de atos tomados em contrariedade com os objetivos e diretrizes da entidade.

219. Mais uma vez, trata-se de elemento que milita a favor da revogação da declaração, equivalente a uma sanção, de que a Fundação não gozaria de inquestionável reputação ético-profissional, tendo em vista que a toda evidência **tratou-se de um momento isolado da história da FCC**, em que ela foi vítima de uma gestão temerária, que **já foi afastada e está sendo responsabilizada junto às instâncias adequadas** – ainda que se considere que os elementos trazidos nos autos originários seriam suficientes para tal declaração.

220. O contrário seria admitir que de fato se trata de um alijamento **perpétuo** da Fundação Recorrente dos concursos no âmbito do Distrito Federal, já que **1.** não há subsistência de nenhum elemento fático que fundamente a decisão de considerá-la desprovida de inquestionável reputação ético-profissional; **2.** não há como a Fundação, sem fins lucrativos, competir em processos licitatórios voltados para sociedades empresárias; e **3.** não há nenhum elemento que permita colocar a FCC agora como desprovida de inquestionável reputação ético-profissional, já que a toda evidência **tratou-se de um momento isolado da história da FCC**, em que ela foi vítima de uma gestão temerária, que **já foi afastada e está sendo responsabilizada junto às instâncias adequadas**.

221. Deste modo, entende-se novamente pelo provimento do recurso para que se reforme/anule a r. decisão recorrida, com a revogação da declaração, equivalente a uma sanção, de que a Fundação não gozaria de inquestionável reputação ético-profissional, tendo em vista que a toda evidência **tratou-se de um momento isolado da história da FCC**, em que ela foi vítima de uma gestão temerária, que **já foi afastada e está sendo**

responsabilizada junto às instâncias adequadas – ainda que se considere que os elementos trazidos nos autos originários seriam suficientes para tal declaração.

III.VIII. SUBSIDIARIAMENTE. DA NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO TEMPORAL DA PENA IMPOSTA. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

222. Subsidiariamente, caso se entenda pela possibilidade de interpretação do inc. XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 como uma sanção, entendendo-se, ainda, a correção da multa aplicada à Recorrente, no que sinceramente não se pode acreditar, ante a impossibilidade de fixação de pena perpétua, pleiteia-se pela adequação da penalidade imposta, respeitado o limite legal de até cinco anos, tendo por respaldo a equivalência à declaração de inidoneidade, considerando a razoabilidade e proporcionalidade³³.

223. Tal pedido encontra resguardo no entendimento da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, a qual decidiu³⁴ no sentido da impossibilidade da sanção do art. 87, IV, da Lei 8.666/93, produzir efeitos por prazo indeterminado, de sorte que tal entendimento deve ser aplicado por analogia ao presente caso, conforme a ementa do julgado:

“Ementa: 1. Agravo regimental em recurso ordinário em mandado de segurança. **2. Direito Administrativo. 3. Sanção aplicada com fundamento no art. 87, IV, da Lei 8.666/93. 3. Impossibilidade da restrição de direitos dos administrados por prazo indeterminado. 4. Garantia constitucional da temporariedade da pena. Art. 5º, incisos XLVI e XLVII, da Constituição Federal. 5. Prescritibilidade da pretensão ressarcitória da Fazenda Pública por ilícito civil.** RE 669.069-RG, Rel. Min. Teori Zavascki, Dje 28.4.2016 (tema 666-

³³ “A declaração de inidoneidade será decretada por prazo indeterminado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação do punido, cabendo sua imposição pela autoridade competente. Apesar de a lei falar em prazo indeterminado, importante se faz verificar que tal prazo jamais poderá ser sinônimo de perpétuo. Indeterminado significa, de acordo com o Novo Aurélio do Século XXI. “1. Que não é determinado ou fixo. 2. Indefinido, vago, incerto. 3. Indeciso, irresoluto”. Não tem significado de perpétuo, que, na mesma fonte, significa. “1. Incessante, contínuo, ininterrupto. 2. Que dura sempre; eterno; eternal”. (pág. 438) (Hupsel, Edite Mesquita. Comentários à Lei de Licitações e Contratações do Estado da Bahia: Lei nº 9.433 de 01 de março de 2005. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum 2010)

³⁴ RMS 33526 AgR, Segunda Turma, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 29.09.2017, DJe-232, Publicado em 10.10.2017.

RG). **Vedação à aplicação de sanções administrativas por prazo superior àquele aplicado às ações judiciais.** 6. Impossibilidade de o Poder Público impor sanções administrativas como forma de cobrança indireta de dívida. Precedentes. 7. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 8. Agravo regimental a que se nega provimento.” (negritos nossos)

224. Assim, restou decidido que "aplicada a prescrição à pretensão de ressarcimento ao erário, **não se pode cogitar a possibilidade de sanção administrativa que restrinja direitos dos administrados por prazo indeterminado, superior, portanto, àquele aplicado às ações judiciais, conforme interpretação conferida por esta Corte ao art. 37, § 5º, da Constituição**", ou seja, 5 (cinco) anos.

225. A este respeito, cite-se o quanto determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Agravo Interno em Recurso de Mandado de Segurança sob o n.º 48.784 - RS (2015/0166469-5), no qual se indica a **impossibilidade de penas perpétuas**:

“EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO. INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO. SANÇÕES. ART. 87, IV, DA LEI 8.666/93. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. REABILITAÇÃO. MOTIVOS DETERMINANTES DA PUNIÇÃO. AUSÊNCIA. DECURSO DO PRAZO DE 2 ANOS. RESSARCIMENTO. REQUISITOS CUMULATIVOS. DANO. FATO RELEVANTE PARA IMPOSIÇÃO DA PENA. REPARAÇÃO NÃO EFETUADA. IMPOSSIBILIDADE DA SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PRODUIR EFEITOS POR PRAZO INDETERMINADO. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DA PENA PERPETUA. RESTRIÇÃO DE DIREITOS DOS ADMINISTRADOS. TERMO FINAL. INTERPRETAÇÃO DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO AD REPÚBLICA. ATO COATOR NÃO PADECE DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. AGRAVANTE NÃO CUMPRIA OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA REABILITAÇÃO À ÉPOCA DO PEDIDO. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO MINISTRO DE ESTADO, DO SECRETÁRIO ESTADUAL OU MUNICIPAL. ART. 87, § 3º, DA LEI 8.666/93.

SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PELO JUDICIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de dois anos da sanção.

[...]

V – **Sobre o dever de reparação, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal apreciou a matéria no sentido da impossibilidade da sanção do art. 87, IV, da Lei 8.666/93, produzir efeitos por prazo indeterminado, porquanto não se pode cogitar a possibilidade de sanção administrativa que restrinja direitos dos administrados por prazo indeterminado, superior, portanto, àquele aplicado às ações judiciais, conforme interpretação conferida por esta Corte ao art. 37, § 5º, da Constituição.** No entanto, mesmo afastando a imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, verifico que o ato coator não padece de ilegalidade ou abuso de poder, porquanto a Recorrente não cumpria os requisitos autorizadores da reabilitação à época do pedido, tanto da hipótese (a), pois subsistiam os motivos determinantes da punição, quanto da hipótese (b), uma vez que a reparação do dano não foi realizada, mas permanecia exigível. VI – O ato concessivo da reabilitação da declaração de inidoneidade é competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, segundo a redação do art. 87, § 3º, da Lei 8.666/93. Resta impossibilitada, dessa forma, a substituição da Administração pelo Judiciário, mesmo reconhecendo o decurso de prazo superior a 5 (cinco) anos da aplicação da sanção.

[...]

X – Agravo Interno improvido” (negritos nossos).

226. No mesmo sentido, há de se mencionar que a jurisprudência do STJ³⁵, entende que a questão referente à análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário

³⁵ AgRg no REsp 1549118/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17.12.2015, DJe de 10.02.2016.

foi relativizada, tornando possível a apreciação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade na aplicação da sanção, além da apreciação da legalidade do ato. A seguir:

“Ementa: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PROCESSO DISCIPLINAR. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DA PENA. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE PELO PODER JUDICIÁRIO. PRECEDENTES. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. (...) 2. (...) 3. Em relação ao argumento de que ao Poder Judiciário é vedado adentrar no mérito administrativo, este entendimento não encontra guarida em termos absolutos, uma vez que, constatada qualquer irregularidade ou abusividade, é plenamente possível afastar a penalidade aplicada, ao verificar que esta fere os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 4. A Corte de Origem, ao afastar a pena de demissão, entendeu que havia manifesta ausência de proporcionalidade e razoabilidade entre a infração apurada e a pena aplicada. Dessa forma, a revisão desse entendimento, a fim de reconhecer a razoabilidade da sanção imposta, exige o necessário reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado na via estreita do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido”.

227. Dessa forma, caso todas as razões de revogação da decisão recorrida não sejam acolhidas, o que se admite apenas para argumentar, requer-se, de maneira subsidiária, a fixação do período de vigência da sanção aplicada, a contar da publicação do referido *decisum*.

IV. DA MEDIDA CAUTELAR

228. É cediço que para a concessão da cautelar, faz-se necessária a existência de dois requisitos, quais sejam a fumaça do bom direito e o perigo da demora. O Regimento Interno deste Tribunal assim dispõe:

Art. 277. O Plenário, o relator, ou, o Presidente, na hipótese do art. 16, inciso XIV, deste Regimento, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito,

poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94.

229. Pois bem. Com a penalidade imposta na r. decisão recorrida, a Fundação vem sofrendo muitos prejuízos no que diz respeito à contratação junto aos órgãos do Distrito Federal.

230. O impedimento estabelecido na sanção obsta a Recorrente de realizar concursos no DF, muito embora a realização de concursos e processos seletivos constitua um de seus objetos fim de sua atuação.

231. Portanto, caso a decisão do TCDF seja mantida até a realização do julgamento final, há chances altíssimas de a Recorrente permanecer privada de seu direito à contratação mediante dispensa de licitação, posto que a sanção aplicada no acórdão impugnado se encontra em vigor, considerando não haver previsão da duração da proibição imposta, o que pode causar o fechamento de vagas profissionais vinculadas à Fundação.

232. Há também risco inerente à ausência de um mercado com mais fundações e entidades especializadas em concursos públicos e pesquisas no âmbito do Distrito Federal para contratos desta natureza, já que boa parte das fundações e organizações responsáveis por este tipo de serviço estão sendo alijadas de participar dos certames – podendo gerar uma distorção nos preços a serem praticados nas contratações e, finalmente, danos ao erário do DF.

233. E isto mesmo sem nem um único relato que desabone a conduta da Recorrente em sua atuação na organização e realização de concursos públicos dos mais diversos matizes e entes da Administração Pública.

234. Nesse sentido, é imprescindível a concessão da cautelar requerida, pois, além de o direito da Recorrente estar extensivamente comprovado, como se constatou ao longo deste recurso, há também nítido perigo na demora, porquanto a Fundação certamente irá perder oportunidades que lhe seriam garantidas em um cenário de normalidade.

235. Ademais, como demonstrado, a r. decisão vergastada é claramente eivada de vício de nulidade, não podendo seus efeitos se manterem e perdurarem, sendo certo que a FCC atende a todos os requisitos para que lhe seja possível contratar por meio de dispensa de licitação, estando, portanto, configurado, também por esse viés, o requisito do *fumus boni juris*.

236. Por fim, cumpre também ressaltar que não haverá qualquer risco de dano à outra parte, uma vez que a anulação da Decisão n.º 3.187/2019 do TC-DF não causará nenhum prejuízo ao erário.

237. Essa hipótese, que se denomina *periculum in mora* inverso, é a possibilidade de ser causado risco de dano à outra parte com a imposição da tutela³⁶.

238. Notável, portanto, qual tal hipótese não se aplica ao caso, posto que a medida cautelar não causará qualquer prejuízo e também poderá ser revertida sem que haja qualquer dano ao patrimônio público.

239. De rigor, diante de todos os motivos aduzidos, a concessão da cautelar, a fim de sustar imediatamente os efeitos da r. decisão impugnada, com a posterior confirmação da medida e finalmente a revogação da sanção.

³⁶ Como ensina Humberto Theodoro Jr.: “Ocorre o *periculum in mora* inverso, quando o deferimento da medida de urgência, ao afastar o perigo de dano irreparável enfrentado pelo requerente, acaba por impor ao requerido que suporte risco igual ou maior, como consequência imediata da própria providência emergencial decretada” (THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil – Vol. 1*. 62. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 578).

V. DO INGRESSO NOS AUTOS COMO INTERESSADA

240. A Recorrente requer, com base no art. 117, §2º, do RITCDF, seu **INGRESSO NOS AUTOS COMO INTERESSADA uma vez** que possui interesse subjetivo em ingressar no feito, já que verificou as irregularidades mencionadas e os DESDOBRAMENTOS da presente demanda influenciarão sua situação jurídica diante do Governo do Distrito Federal e diante do mercado, de maneira geral.

241. Outrossim, como as decisões porventura exaradas nos autos em epígrafe tangenciam a esfera de interesses subjetivos da Recorrente, que possui **LEGÍTIMO INTERESSE SUBJETIVO**, veja-se que esta cumpre os requisitos para INGRESSAR como INTERESSADA, inclusive para **OBTER VISTA DOS AUTOS, INTERPOR RECURSOS, PRESTAR ESCLARECIMENTOS.**

VI. DA VISTA E CÓPIA DOS ATOS PROCESSUAIS

242. Requer, desde logo, a vista e cópia dos autos e de todos os atos posteriores, por meio de seus advogados infrassinados, conforme prescreve a Lei Federal 8.906/94, o EAOAB:

Art. 7º. São direitos do Advogado:

(...)

XIII - **examinar, em qualquer órgão** dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da **Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração**, quando não estejam sujeitos a sigilo, **assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos;**

XV - **ter vista dos processos** judiciais ou **administrativos** de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais;

243. Requerendo, ademais, a publicação de todos os atos processuais em nome dos advogados JULIANO COSTA COUTO, OAB/DF 13.802, LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA, OAB/SP 287.546 e da advogada SILVIA

HELENA MARREY MENDONÇA, OAB/SP nº 174.450, e e-mail silvia@marreymendonca.com.br, sob pena de nulidade., já **RESGUARDANDO O DIREITO A PROFERIR SUSTENTAÇÃO ORAL QUANDO DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO CASO.**

VII. CONCLUSÃO

244. Por todas as razões expostas, requer-se que o presente recurso de revisão seja:

- a) admitido, e, desde logo, deferida a cautelar requerida, a fim de suspender os efeitos da Decisão n.º 3187/2019, com a remessa à unidade técnica para emissão de seu parecer, com a determinação das medidas de praxe constantes do art. 289 do Regimento Interno do Eg. TC-DF;
- b) apreciado e, no mérito, provido, com a anulação da r. Decisão n.º 3187/2019, revogando-se a declaração de que a Fundação Carlos Chagas não cumpre o requisito de inquestionável reputação ético-profissional previsto no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, o que impossibilita a sua contratação mediante dispensa de licitação, com a devida comunicação, aos órgãos competentes, da referida revogação; ou
- c) subsidiariamente, admitido para reforma da r. Decisão n.º 3187/2019, com a fixação expressa do tempo de vigência da sanção aplicada, contada a partir da data da publicação da decisão recorrida.
- d) Seja autorizado o ingresso nos autos da Recorrente como parte interessada, nos termos do art. 117, §2º, do RITCDF;
- e) Seja autorizado aos patronos da Recorrente a obterem vista e cópia dos autos e de todos os atos processuais, já **RESGUARDANDO O SEU DIREITO A**

**PROFERIR SUSTENTAÇÃO ORAL QUANDO DO JULGAMENTO
DO MÉRITO DO CASO.**

245. Por fim, reitera o pedido de que todas as publicações sejam feitas em nome JULIANO COSTA COUTO, OAB/DF 13.802, LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA, OAB/SP 287.546 e da advogada SILVIA HELENA MARREY MENDONÇA, OAB/SP nº 174.450, e *e-mail* silvia@marreymendonca.com.br, sob pena de nulidade.

É o que se requer por ser medida de mais lúdima

J U S T I Ç A !

Brasília, 15 de setembro de 2022.

SILVIA HELENA MARREY MENDONÇA
OAB/SP nº 174.450

LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA
OAB/SP nº 287.546

JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO
OAB/DF nº 13.802

OSCAR KARNAL
OAB/DF 51.458